

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

ÍNDICE

- I. Caracterização do Setor Bancário Português
- II. Importância do Setor Bancário na Economia
- III. Atividade de Crédito
- IV. Financiamento
- V. Solvabilidade
- VI. Regimes de Recapitalização Pública e de Concessão de Garantias pelo Estado a favor das Instituições de Crédito
- VII. Rentabilidade

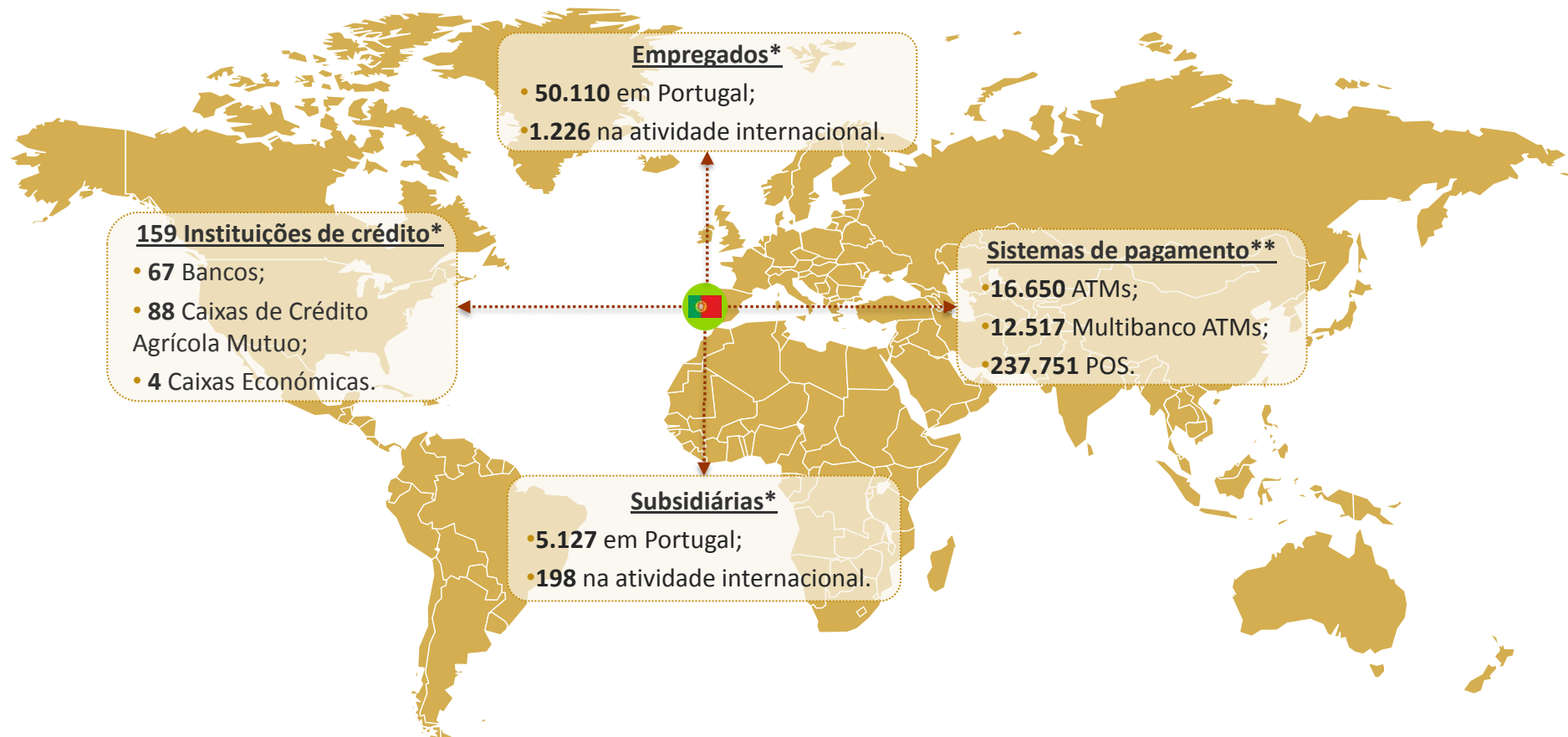
Anexo 1: Enquadramento Macroeconómico

Anexo 2: Metodologia

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

I. Caracterização do Setor Bancário Português

SETOR BANCÁRIO PORTUGUÊS (I/III)



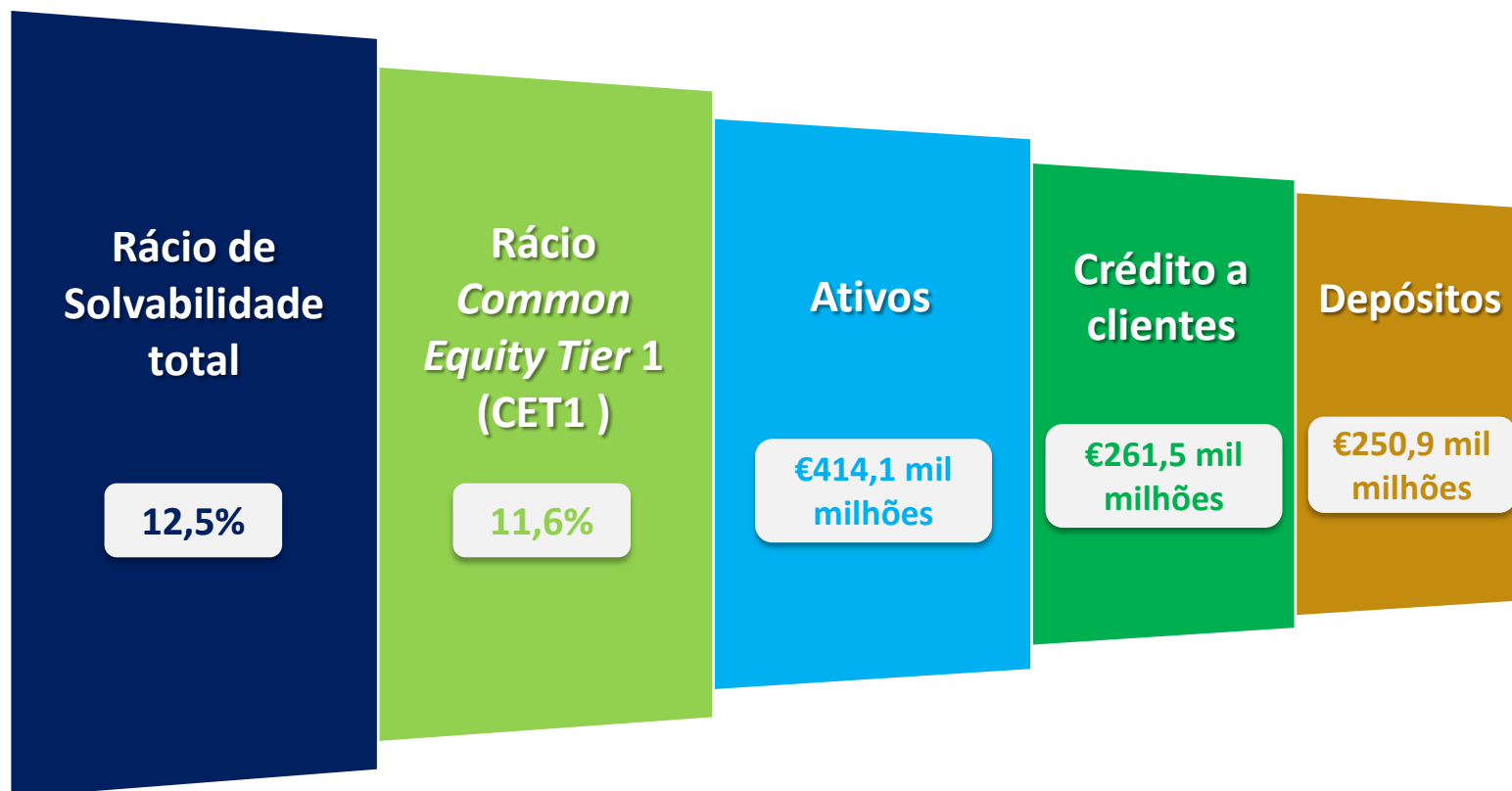
Fonte: APB, Banco de Portugal, ECB, INE.

*Dados referentes a junho de 2015

** Dados referentes a dezembro de 2015

SETOR BANCÁRIO PORTUGUÊS (II/III)

Principais Indicadores a setembro de 2015



Fonte: Banco de Portugal

SETOR BANCÁRIO PORTUGUÊS (III/III)

Desenvolvimentos Recentes (junho a setembro de 2015)

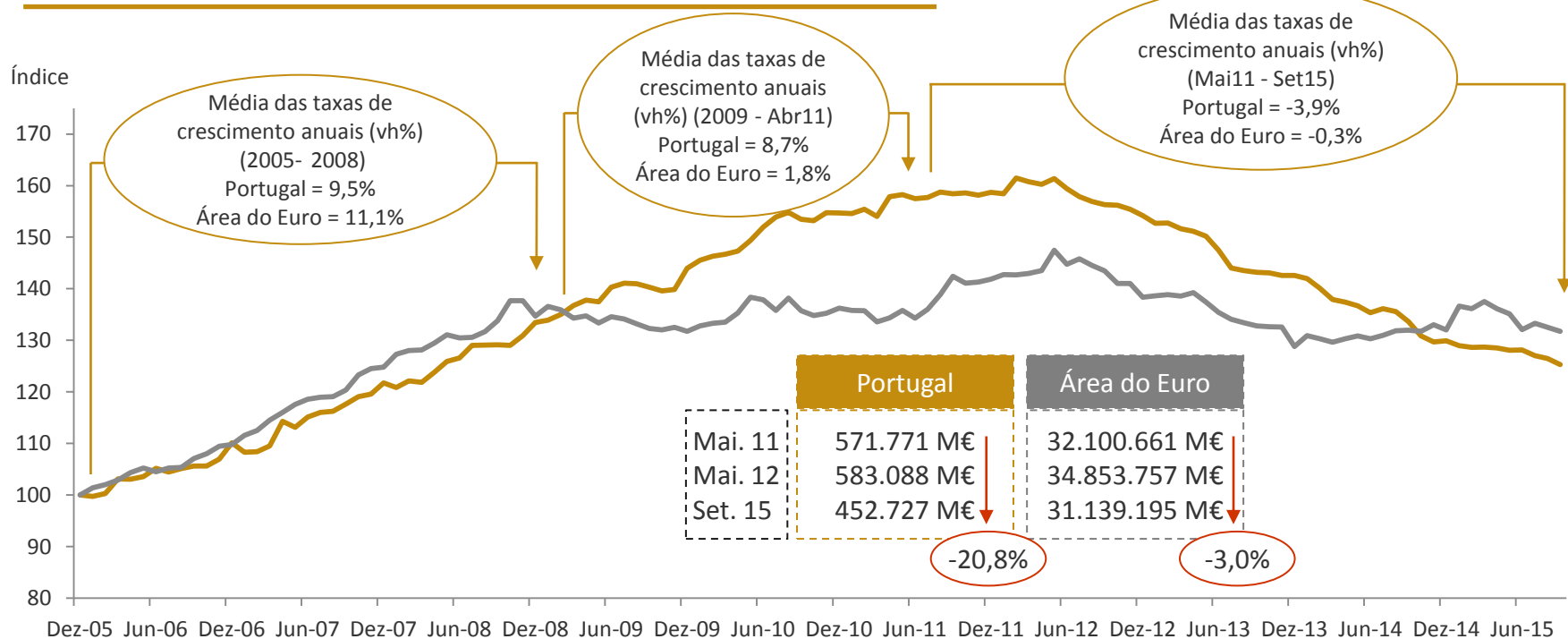
- Os ativos totais do setor registaram uma contração de 2,1% no trimestre, acumulando uma queda de 3,5% no ano. O volume de crédito caiu 1% no trimestre e 2,4% em 2015.
- As condições de oferta de crédito permaneceram praticamente inalteradas no trimestre. A procura de crédito aumentou no crédito ao consumo e à habitação, e manteve-se inalterada no segmento de Sociedades não Financeiras.
- Os depósitos do setor não monetário cresceram 0,5% no trimestre e permaneceram praticamente inalterados no cômputo anual, mantendo-se como a principal fonte de financiamento dos bancos portugueses.
- O volume de operações de cedência de liquidez do BCE ao setor bancário português continuou em queda (-9,4% no trimestre e -25% face ao período homólogo).
- Os ativos ponderados pelo risco seguiram a tendência decrescente dos últimos anos.
- Os bancos portugueses continuaram a cumprir os rácios mínimos de capital, revelando um rácio de *Common Equity Tier 1* (11,6%) confortavelmente acima do mínimo exigido de 7%.

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

II. Importância do Setor Bancário na Economia

Contrariamente ao ocorrido na área do Euro, o crescimento dos ativos dos bancos portugueses manteve-se após a crise financeira de 2008-2010, invertendo-se apenas na sequência do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

Evolução dos ativos totais do setor bancário (Dez. 2005=100)

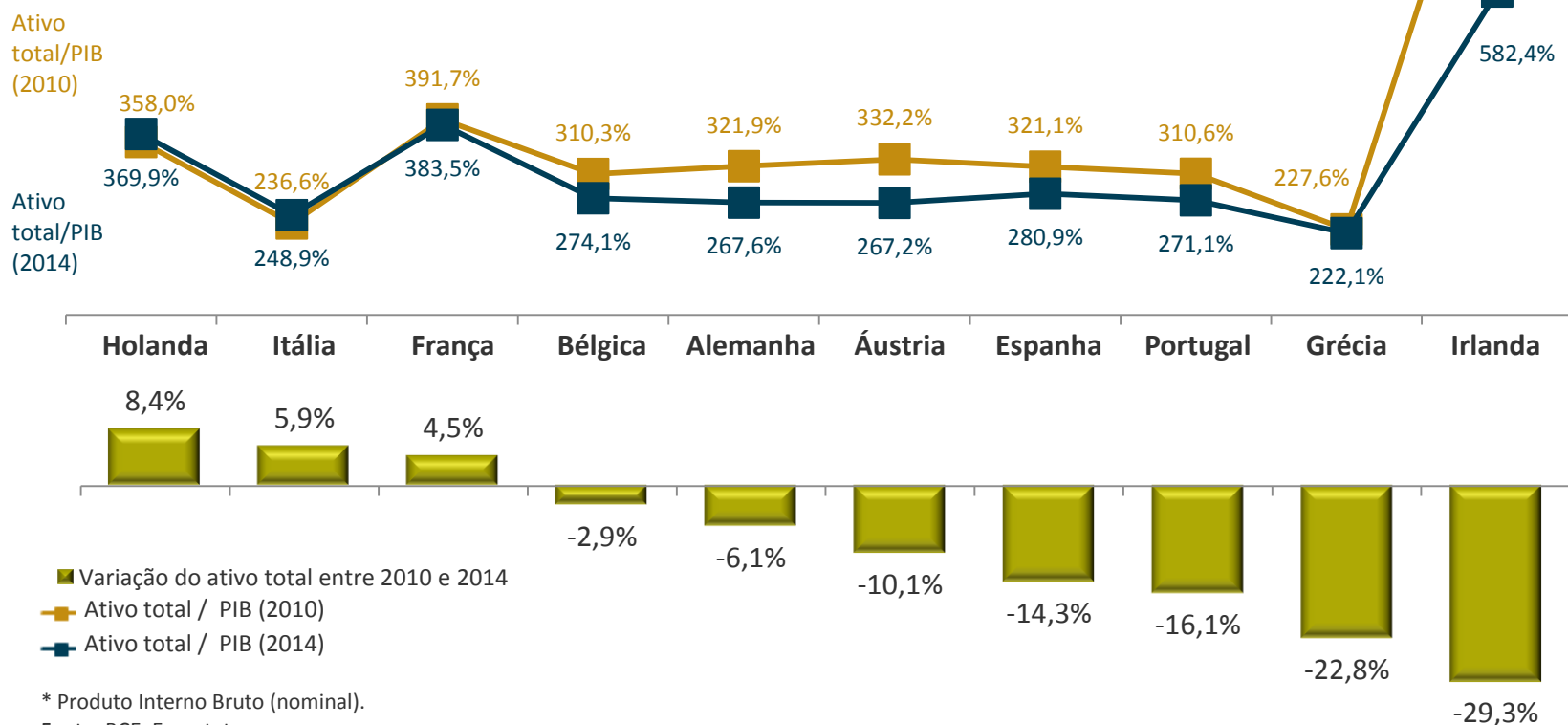


Fonte: BCE

— Portugal — Área do Euro

O redimensionamento do setor bancário verificou-se não só em Portugal, mas também na maioria dos países da área do Euro.

Ativo total sobre o PIB* e variação do ativo total (2010 a 2014)

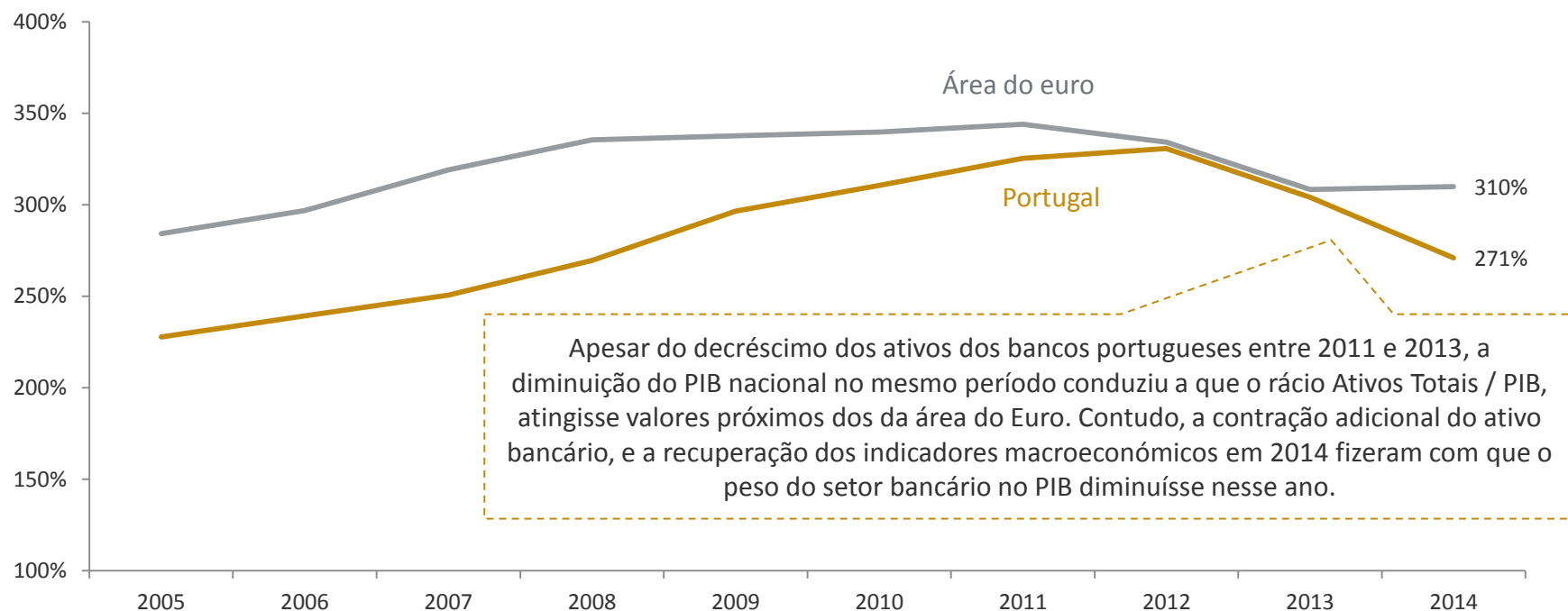


A contração do ativo total do setor bancário contribuiu para a redução do seu peso no PIB do respetivo país.

* Produto Interno Bruto (nominal).
Fonte: BCE, Eurostat

O setor bancário português tem um papel importante na economia. Não obstante, o peso dos seus ativos no PIB nacional tem vindo a diminuir desde o início do PAEF.

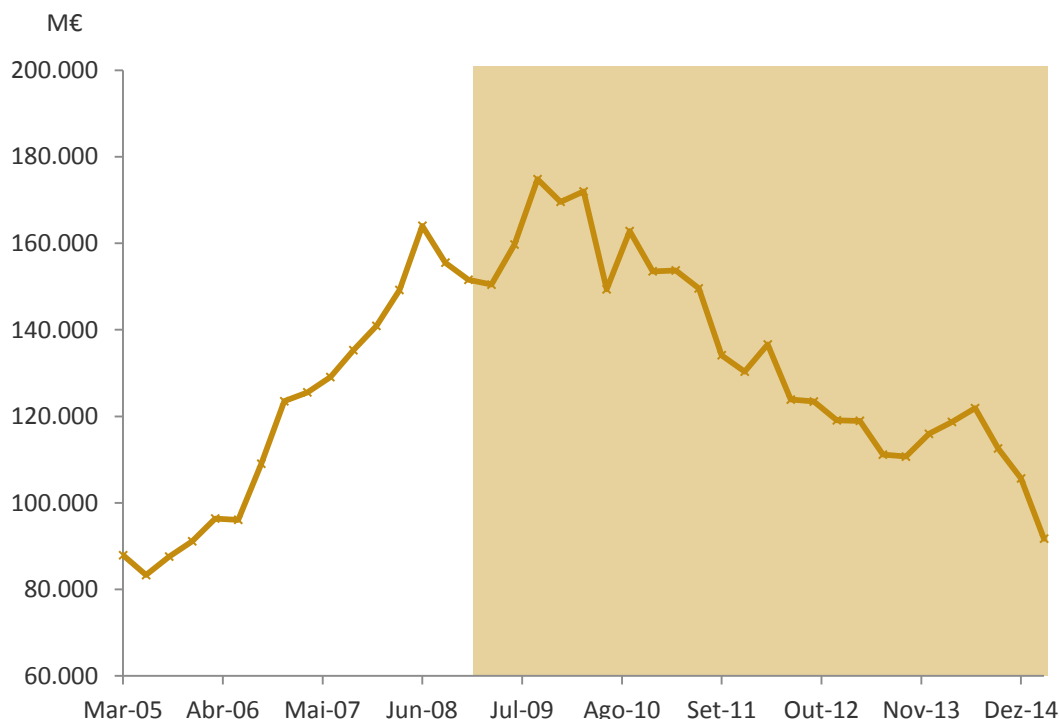
Ativos totais do setor bancário em proporção do PIB, em Portugal e na área do Euro



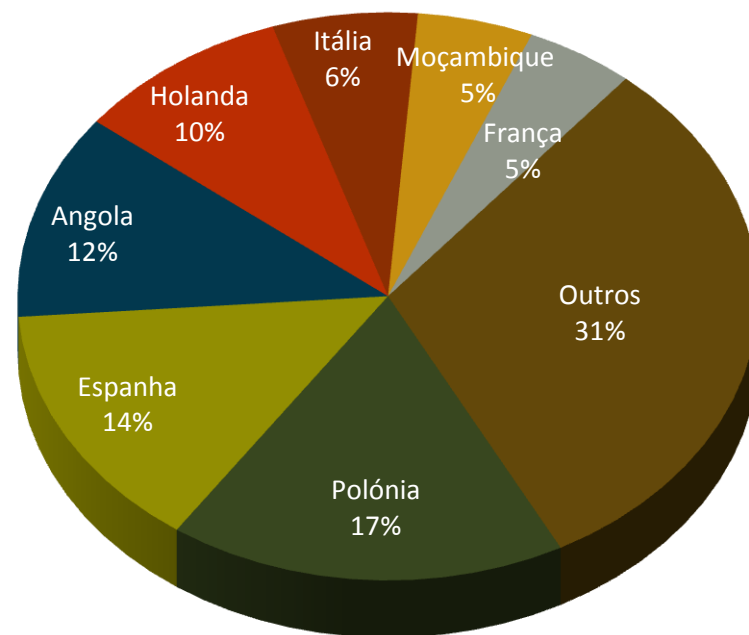
Fonte: BCE

O processo de desalavancagem dos bancos portugueses refletiu-se numa redução da sua exposição internacional.

Créditos e responsabilidades do sector bancário português junto de entidades internacionais*



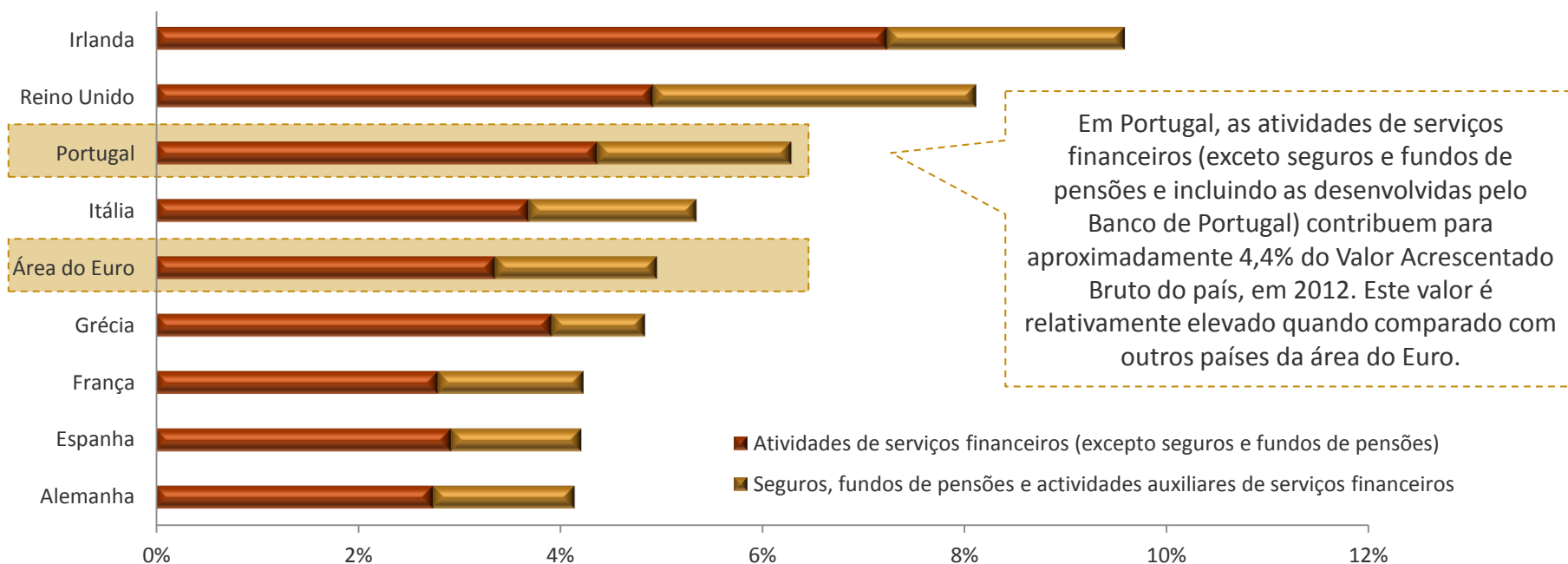
Exposição por país (Março 2015)



* Definida como créditos e responsabilidades de grupos bancários nacionais, em base consolidada e excluindo exposição intra-grupo, junto de entidades internacionais, incluindo créditos e depósitos com outros bancos, créditos a entidades não bancárias e títulos de dívida. Exclui derivados e outros instrumentos de transferência de risco. Fonte: Bank for International Settlements

Em Portugal, a contribuição das atividades de serviços financeiros para o Valor Acrescentado Bruto nacional situa-se acima dos valores da área do Euro.

VAB* das atividades de serviços financeiros em proporção do VAB total, em Portugal e noutros países da União Europeia (2012)



*Valor Acrescentado Bruto, a preços correntes.

Fonte: Eurostat, INE, Central Statistics Office Ireland

O aumento do peso das exportações no PIB acompanhou a tendência de maior intensidade de concessão de crédito a empresas exportadoras pelo setor bancário nacional.

Peso das exportações no PIB e peso do crédito a empresas exportadoras (%)



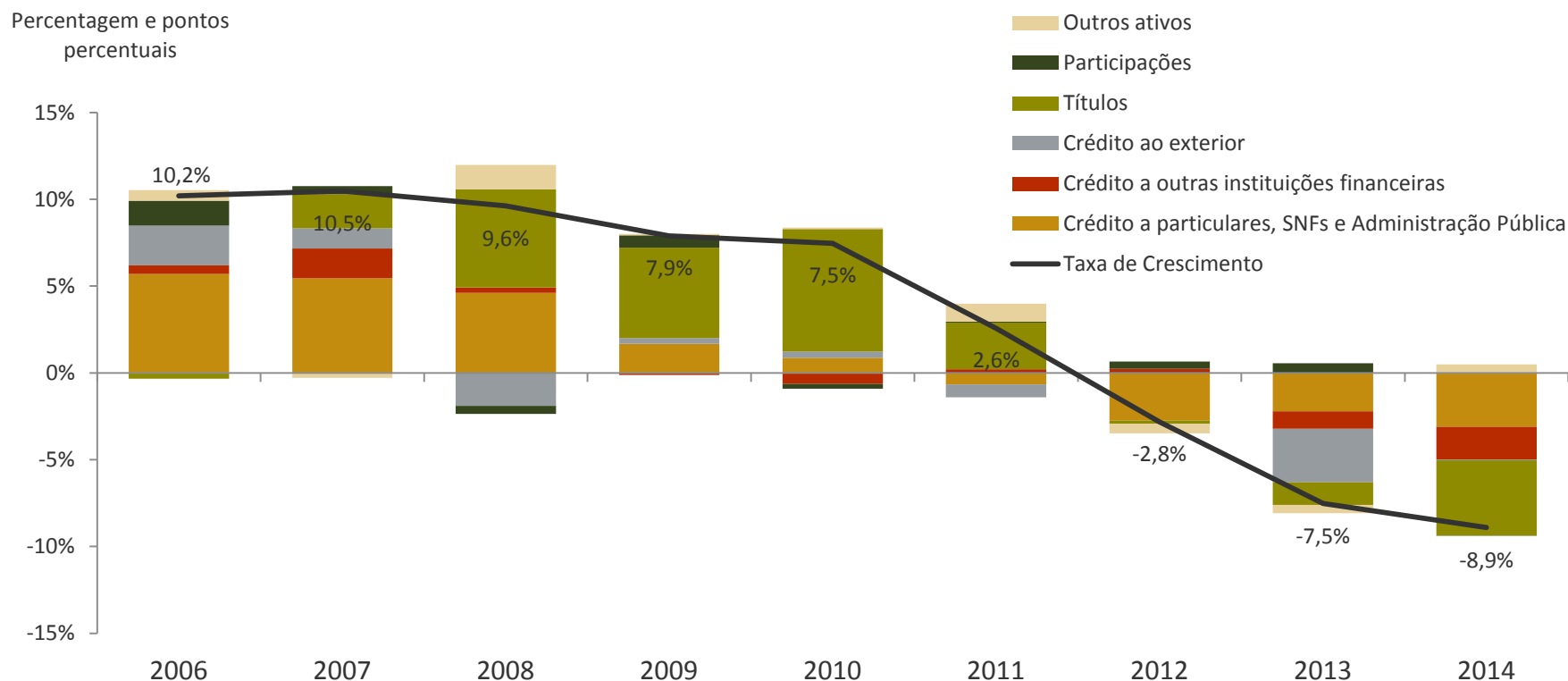
Fonte: INE, Banco de Portugal

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

III. Atividade de Crédito

O comportamento do ativo total em 2014 foi maioritariamente explicado pela contração do crédito, assim como da carteira de títulos.

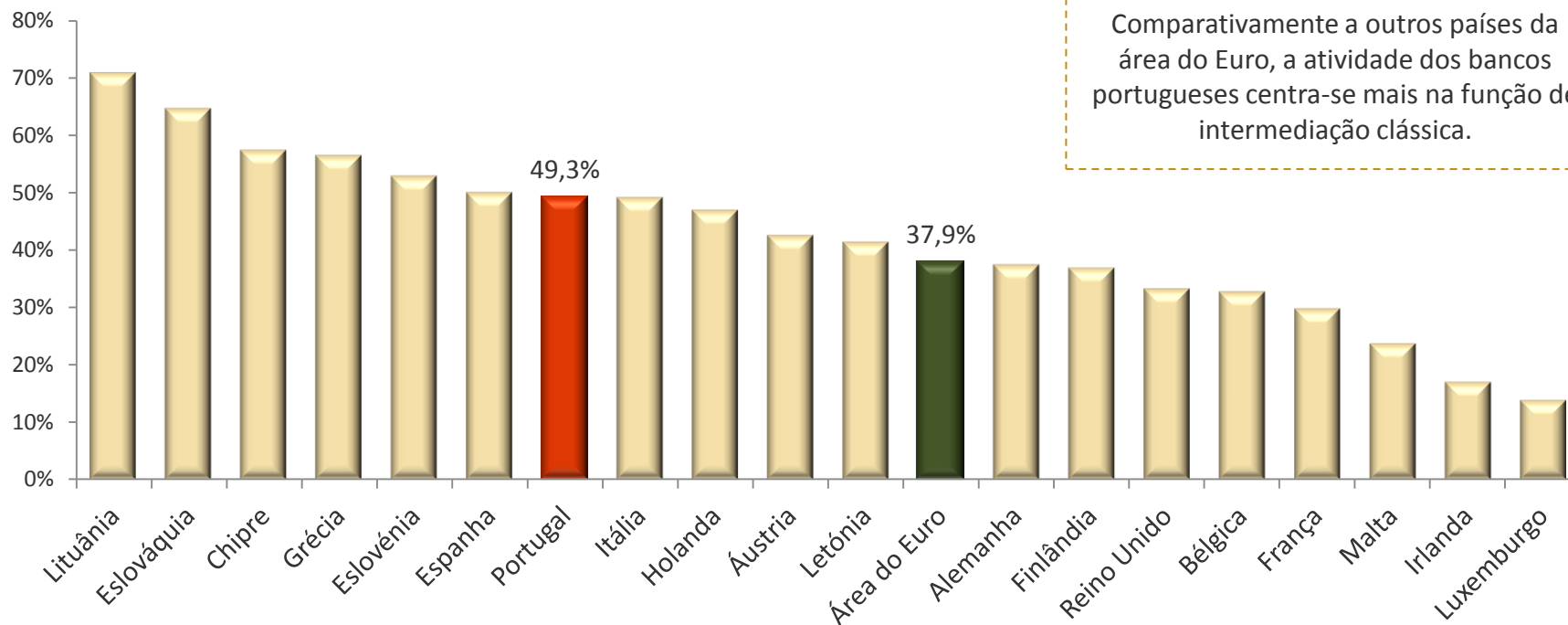
Contribuição de cada rúbrica do ativo para a variação anual do agregado



Fonte: Banco de Portugal

Não obstante a contração, o crédito a clientes continua a absorver quase 50% dos ativos totais da banca portuguesa.

Crédito a clientes* em proporção dos ativos totais (Setembro 2015)



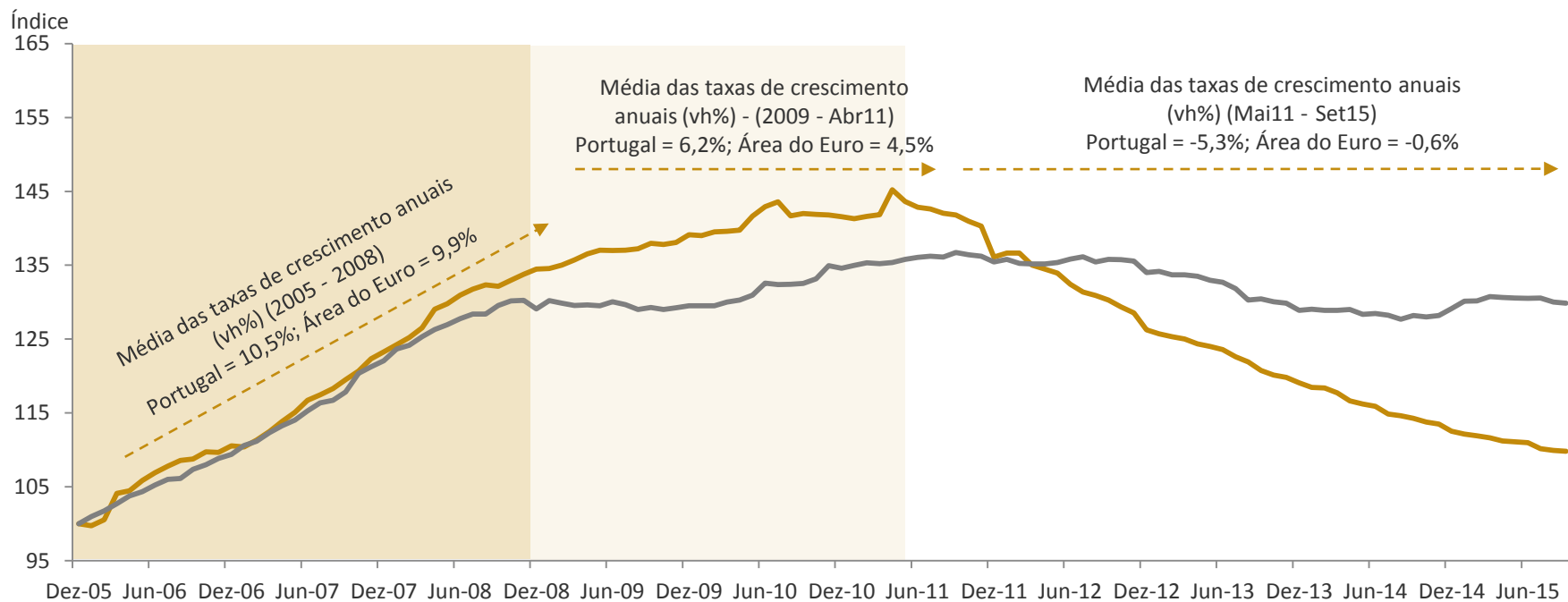
* Crédito ao setor não monetário (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: BCE

No período que antecedeu a crise financeira, o volume de crédito revelou uma forte tendência crescente, tanto em Portugal como na área do Euro.

	Portugal	Área do Euro
Mai. 10	295.313 M€	12.357.311 M€
Mai. 12	275.381 M€	12.319.235 M€
Set. 15	225.821 M€	11.817.157 M€
	-23,5%	-4,1%

Evolução do crédito* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)



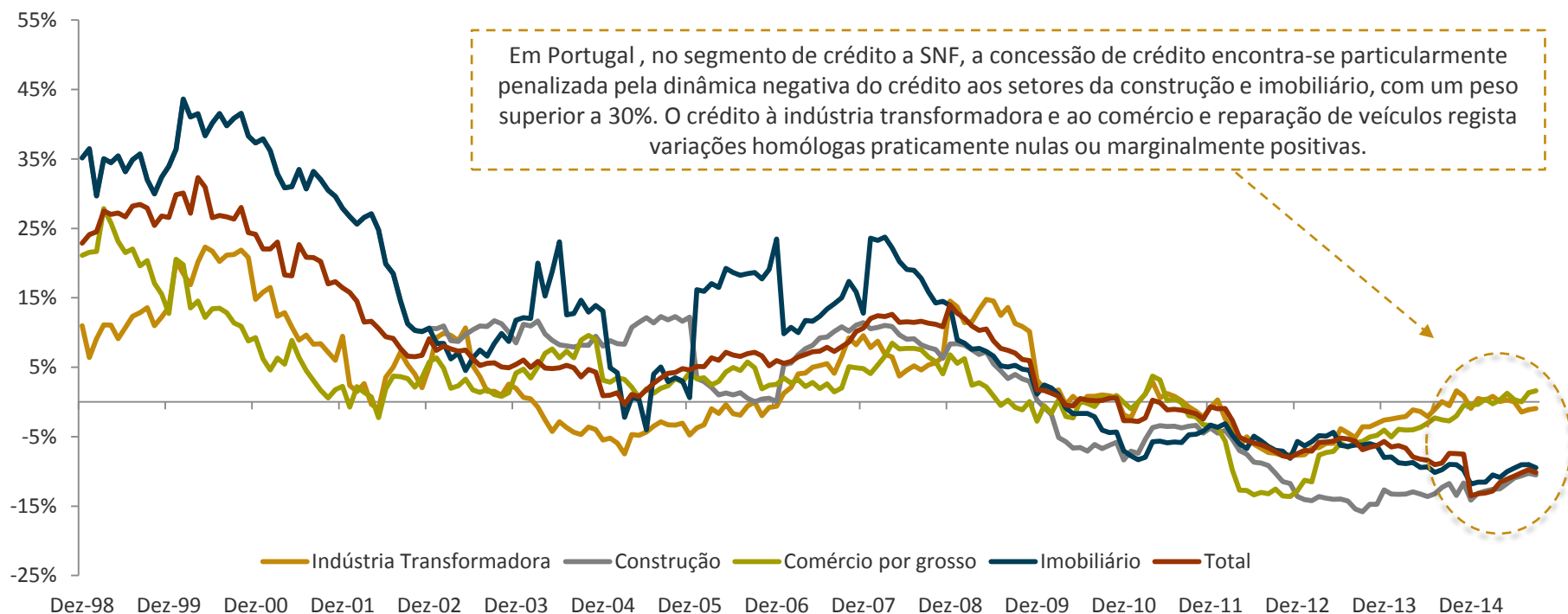
* Crédito ao setor não monetário (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: BCE

— Portugal — Área do Euro

O forte peso e a respetiva tendência descendente do crédito à construção e ao imobiliário tem penalizado o comportamento do crédito total a SNF.

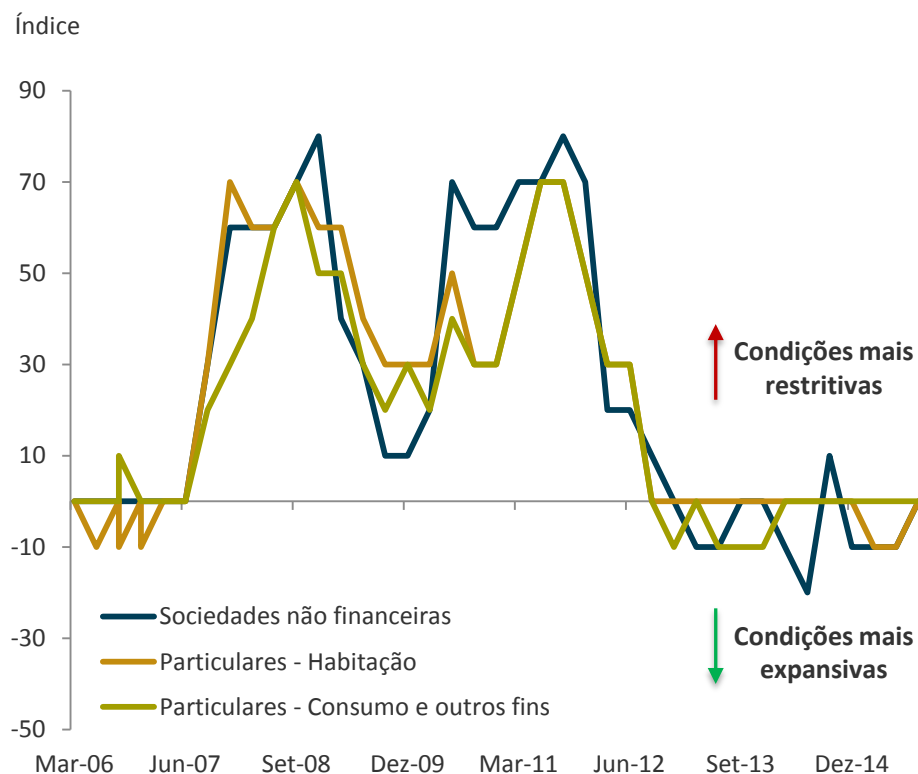
Evolução do crédito a Sociedades não financeiras (vh%)



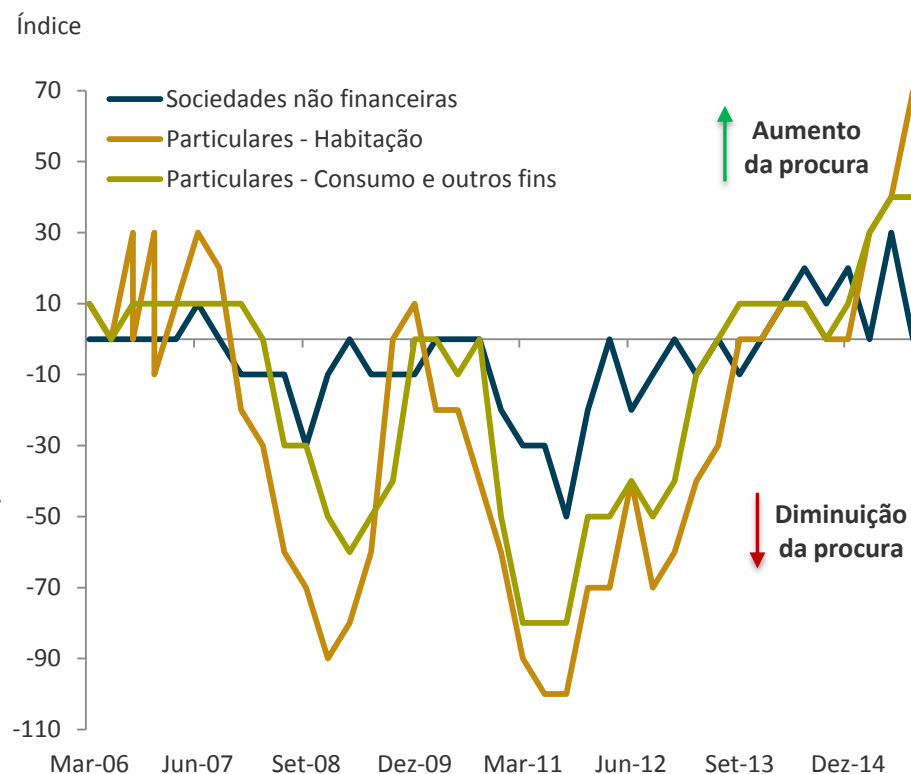
Fonte: BCE

No passado recente, a procura de crédito aumentou e as condições de concessão de crédito tornaram-se mais expansivas.

Índice de difusão - Condições de Oferta de crédito



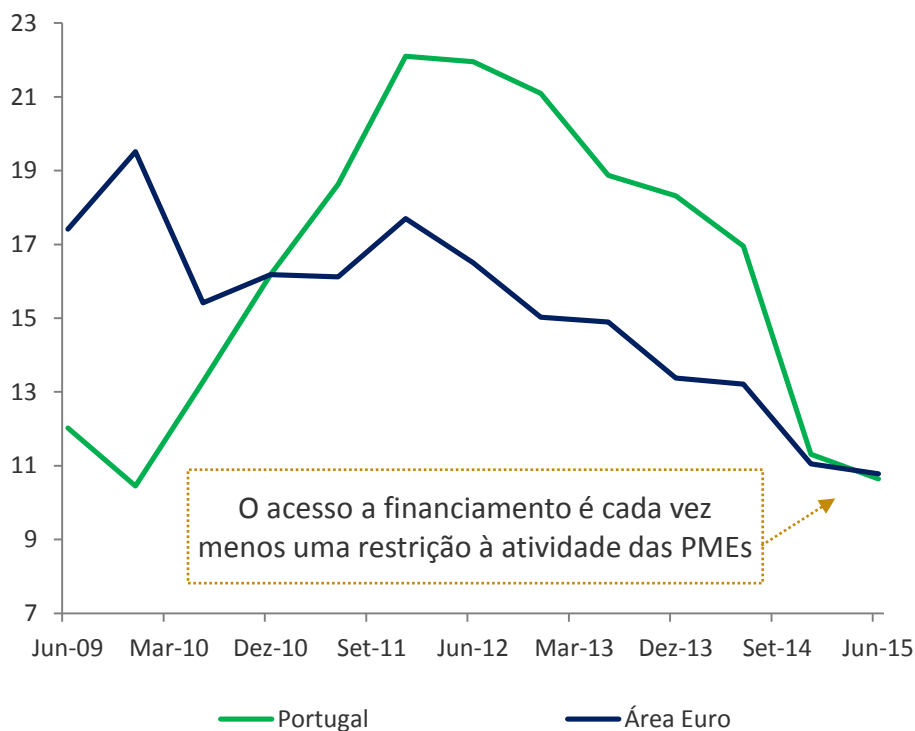
Índice de difusão - Procura de crédito



Fonte: Banco de Portugal (Inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito)

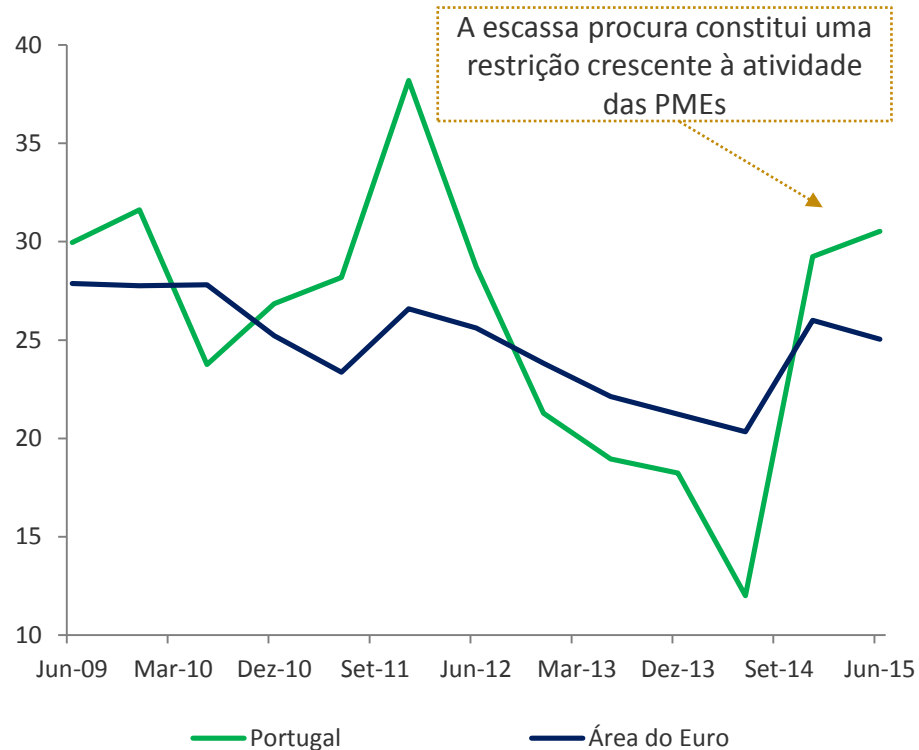
O acesso a financiamento constitui cada vez menos uma restrição à atividade das PME, em oposição ao comportamento da procura.

Principais contrangimentos das PME - Acesso a financiamento



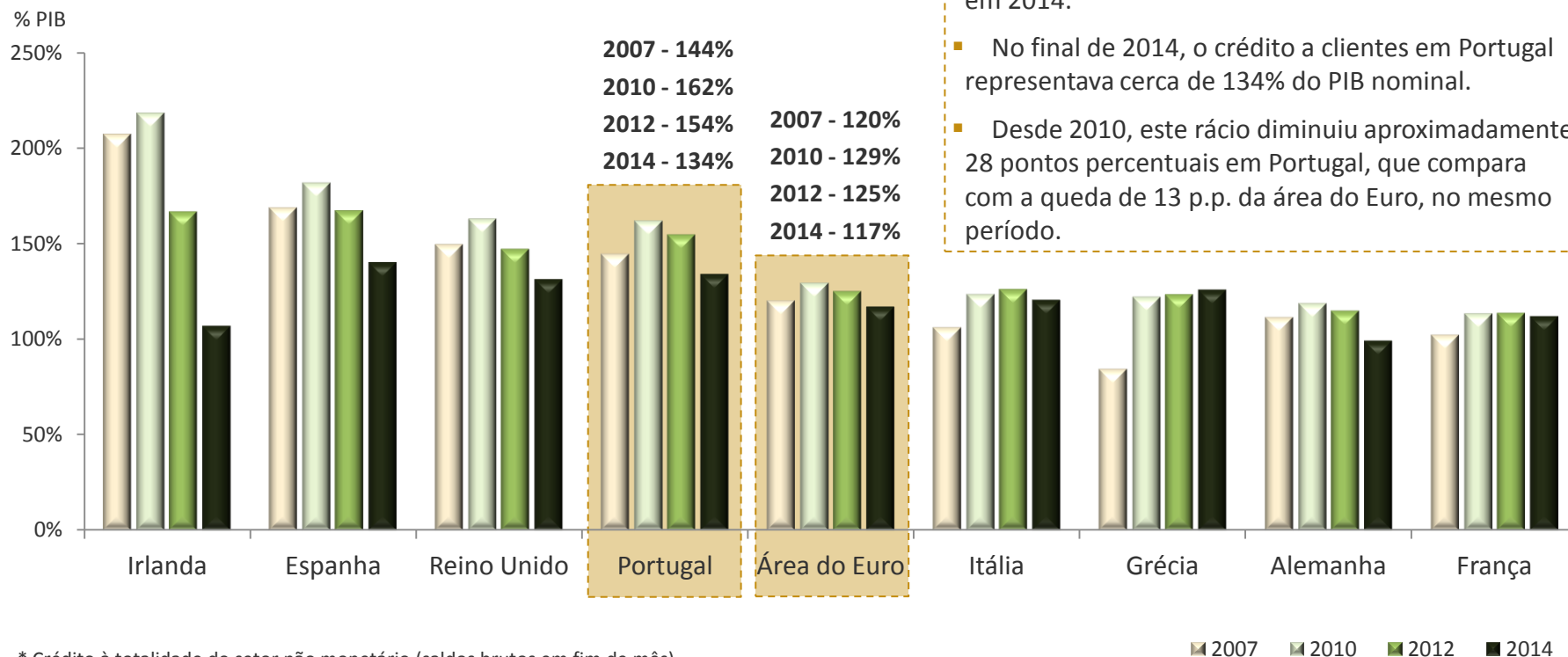
Fonte: BCE

Principais contrangimentos das PME - Nível reduzido da procura



O nível de endividamento bancário da economia portuguesa tem vindo a decrescer, aproximando-se do contexto europeu.

Rácio Crédito a Clientes* / PIB



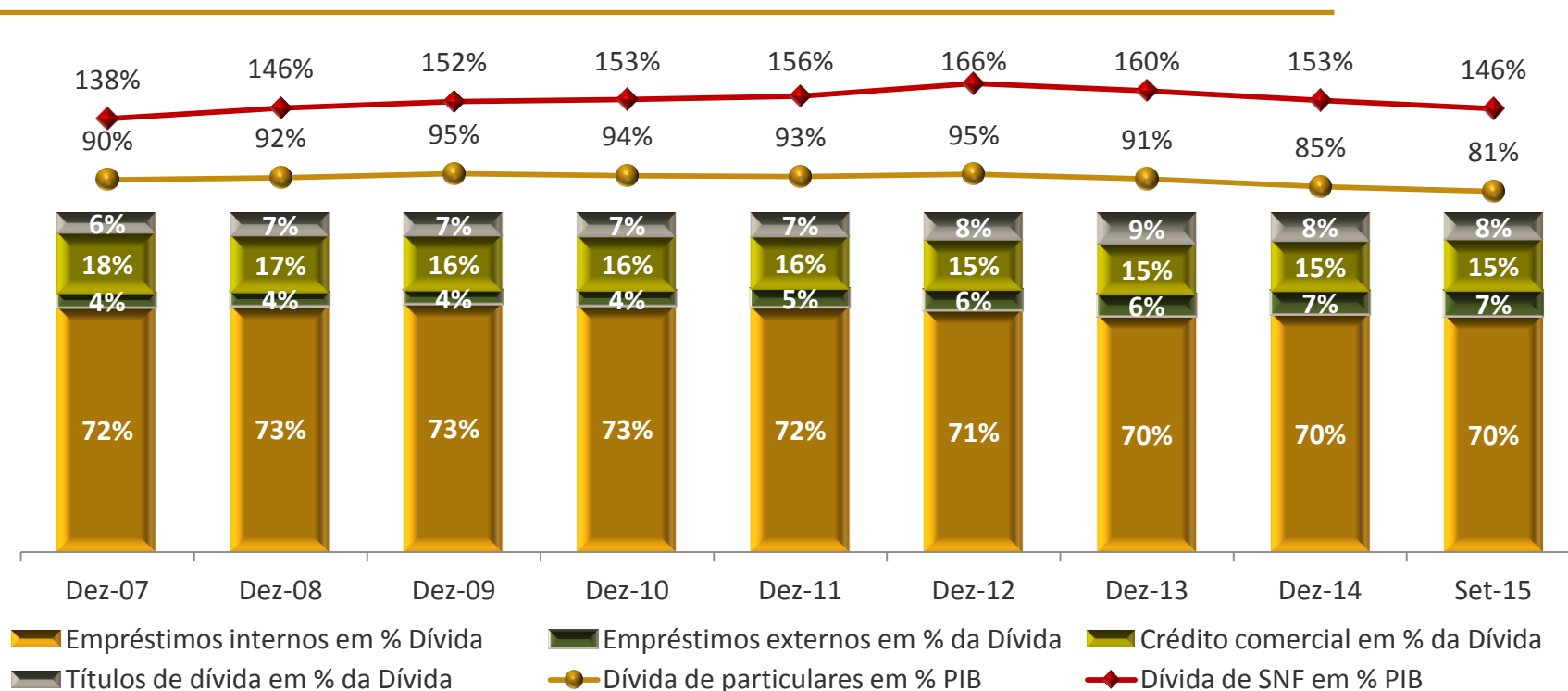
- O processo de desalavancagem seguido pelos bancos portugueses, aliado a uma procura de crédito pouco dinâmica, levou à diminuição de quase 11 pontos percentuais do rácio Crédito a Clientes/ PIB em 2014.
- No final de 2014, o crédito a clientes em Portugal representava cerca de 134% do PIB nominal.
- Desde 2010, este rácio diminuiu aproximadamente 28 pontos percentuais em Portugal, que compara com a queda de 13 p.p. da área do Euro, no mesmo período.

* Crédito à totalidade do setor não monetário (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: BCE, Eurostat

O crédito bancário representa aproximadamente 77% das necessidades de financiamento do setor privado na economia portuguesa.

Crédito bancário em % do total da Dívida e Dívida em % do PIB - Setor Privado* (2007 - set 2015)

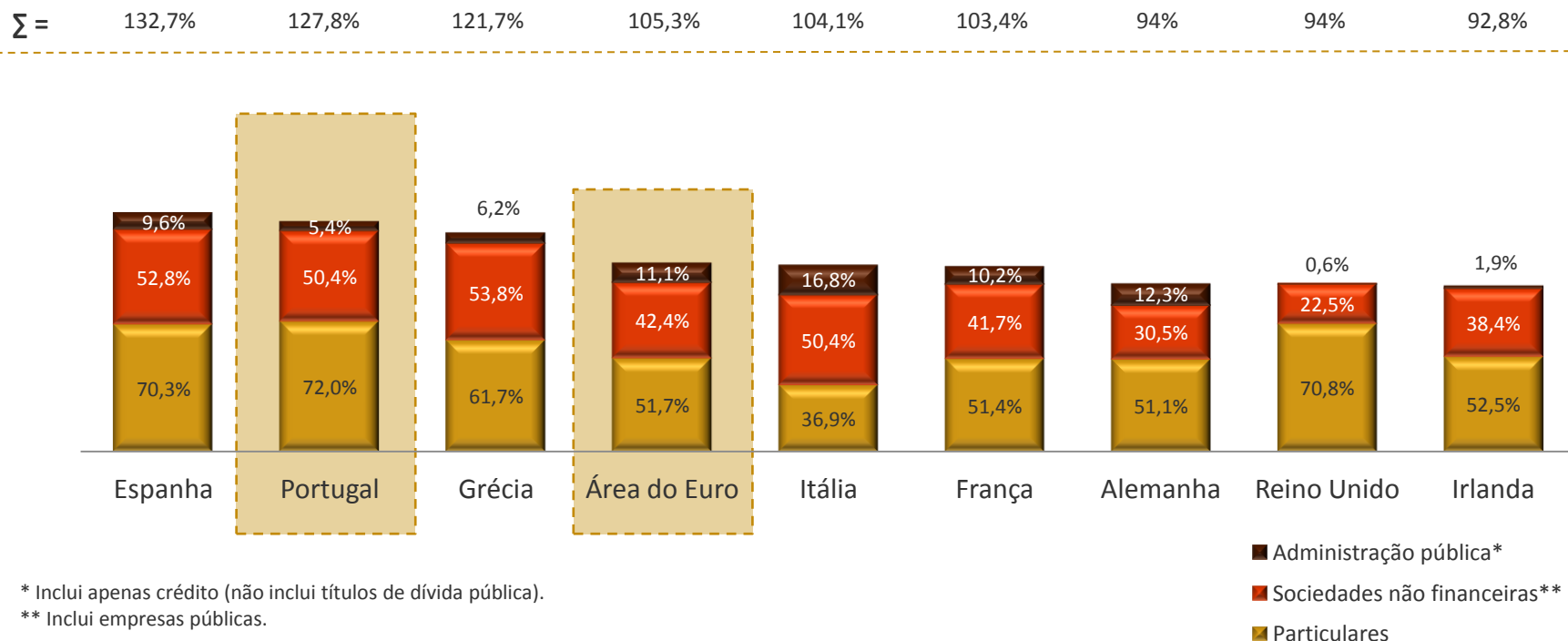


* Inclui particulares e sociedades não financeiras (saldos brutos em fim de mês).

Fonte: Banco de Portugal

O peso do crédito a particulares e a sociedades não financeiras (SNFs) no PIB em Portugal é significativamente superior ao verificado na generalidade dos países da área do Euro.

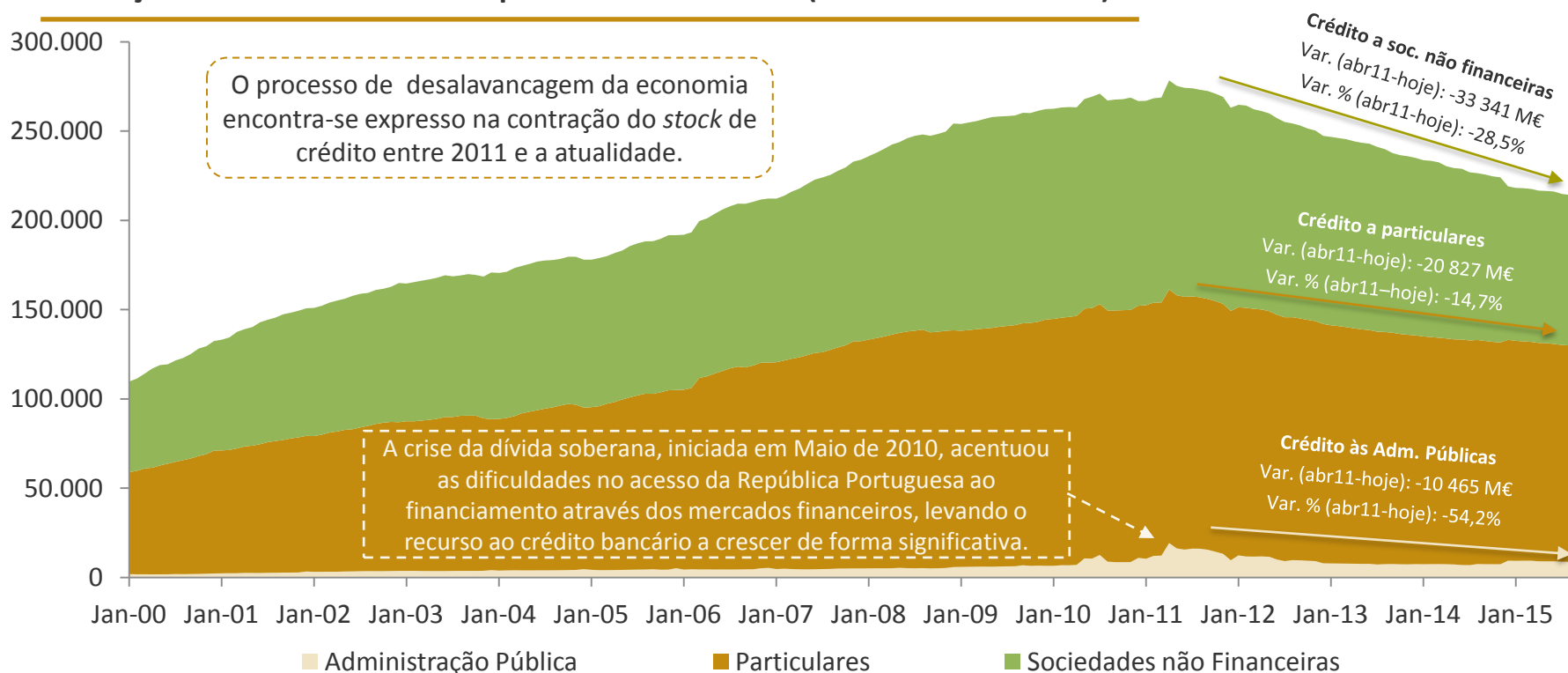
Peso do crédito a particulares, sociedades não financeiras e administração pública no PIB*, em Portugal e noutros países da União Europeia (Dezembro 2014)



Fonte: Ameco, BCE

O *stock* de crédito à economia preserva a tendência decrescente que o tem caracterizado no passado recente, encontrando-se em mínimos desde setembro de 2006.

Evolução do volume de crédito* por setor institucional (mil milhões de euros)

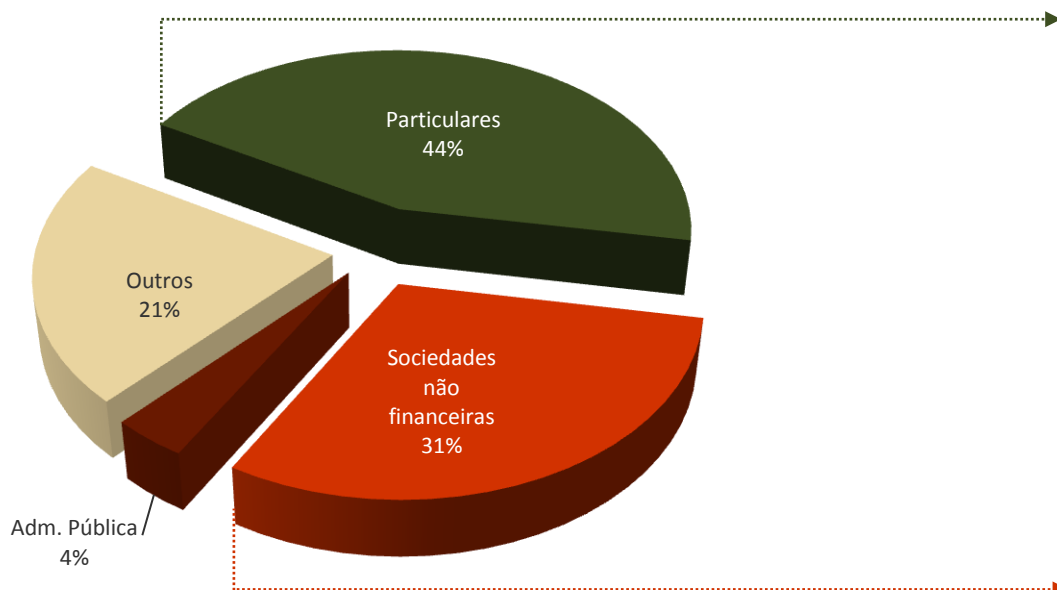


* Saldos brutos em fim de mês, inclui apenas crédito. Sociedades não financeiras incluem empresas públicas.

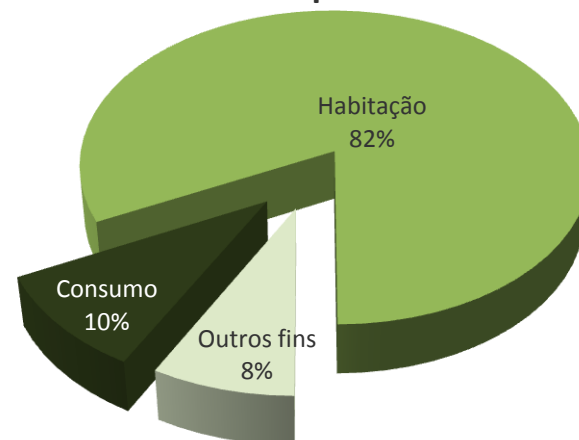
Fonte: Banco de Portugal

Se o crédito a particulares é maioritariamente para habitação, o crédito a sociedades não financeiras destina-se sobretudo ao setor da construção e do imobiliário.

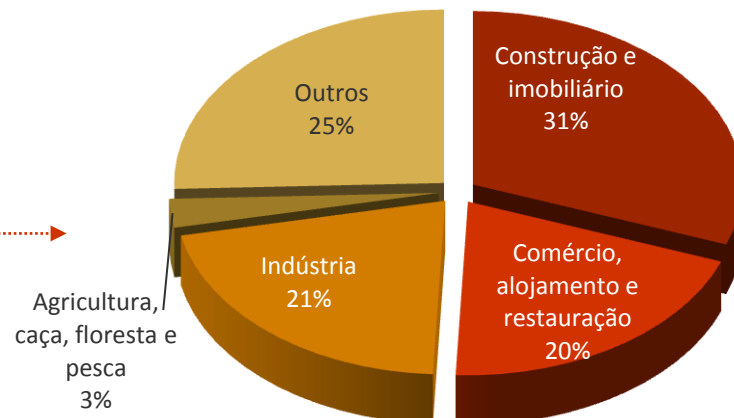
Crédito* (Setembro 2015)



Crédito a particulares



Crédito a sociedades não financeiras

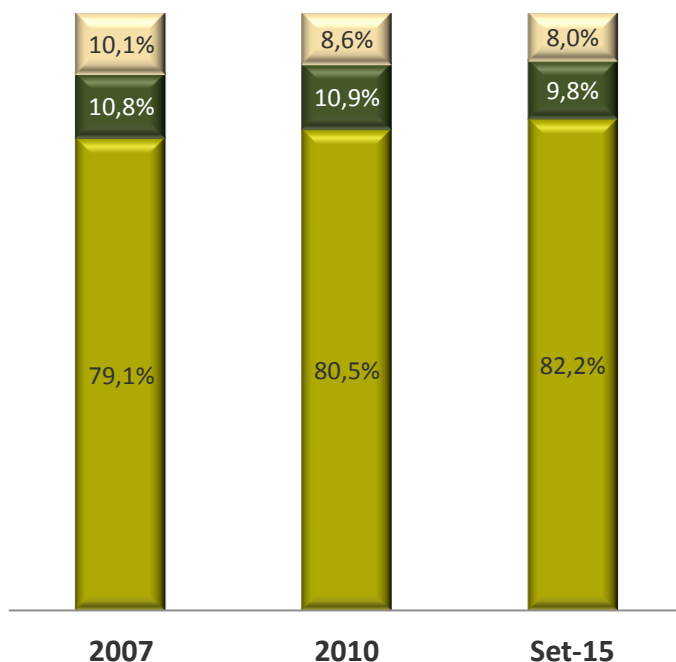


* Crédito aos setores monetário e não monetário, incluindo não residentes (saldos brutos em fim de mês).

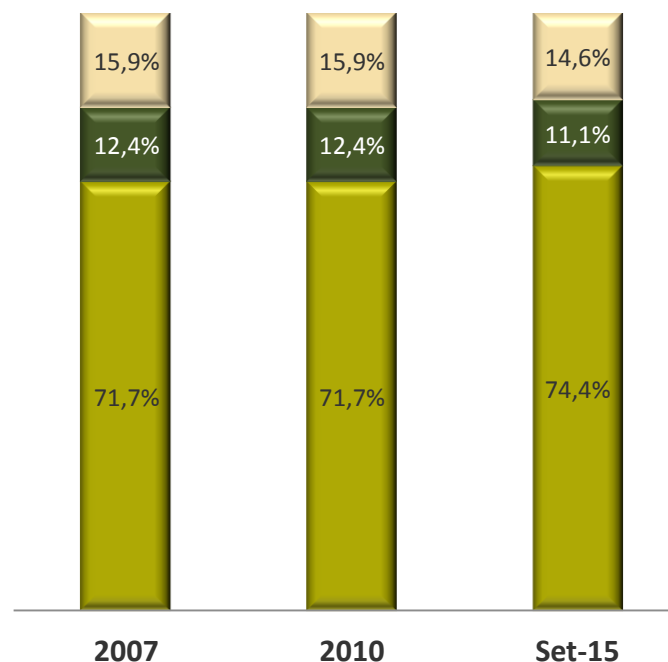
Fonte: Banco de Portugal

Em Portugal, a proporção do crédito à habitação no total do crédito concedido a particulares tem maior expressão do que na área do Euro.

Portugal



Área do Euro

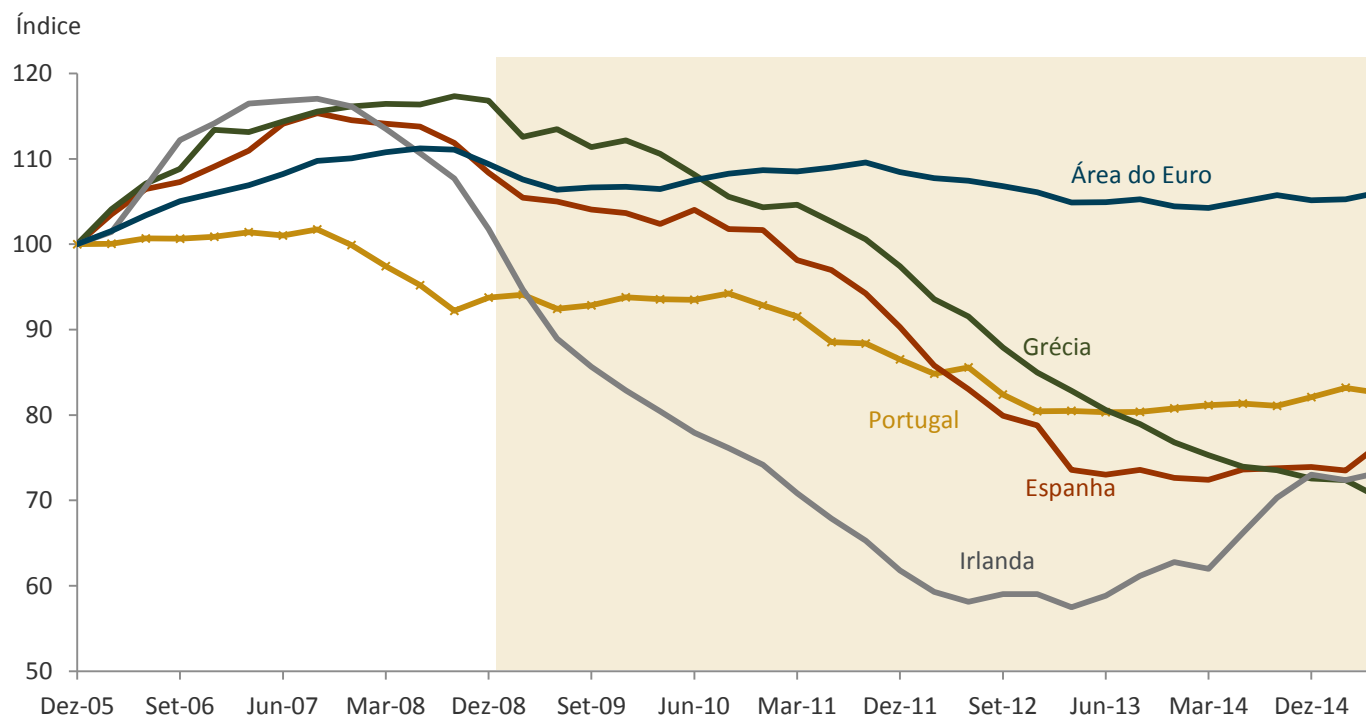


O peso do crédito ao consumo no total do crédito concedido a particulares tem vindo a diminuir tanto em Portugal como na área do Euro. Contudo, este tipo de crédito é menos relevante no caso português do que na área do Euro.

■ Outros fins ■ Consumo ■ Habitación

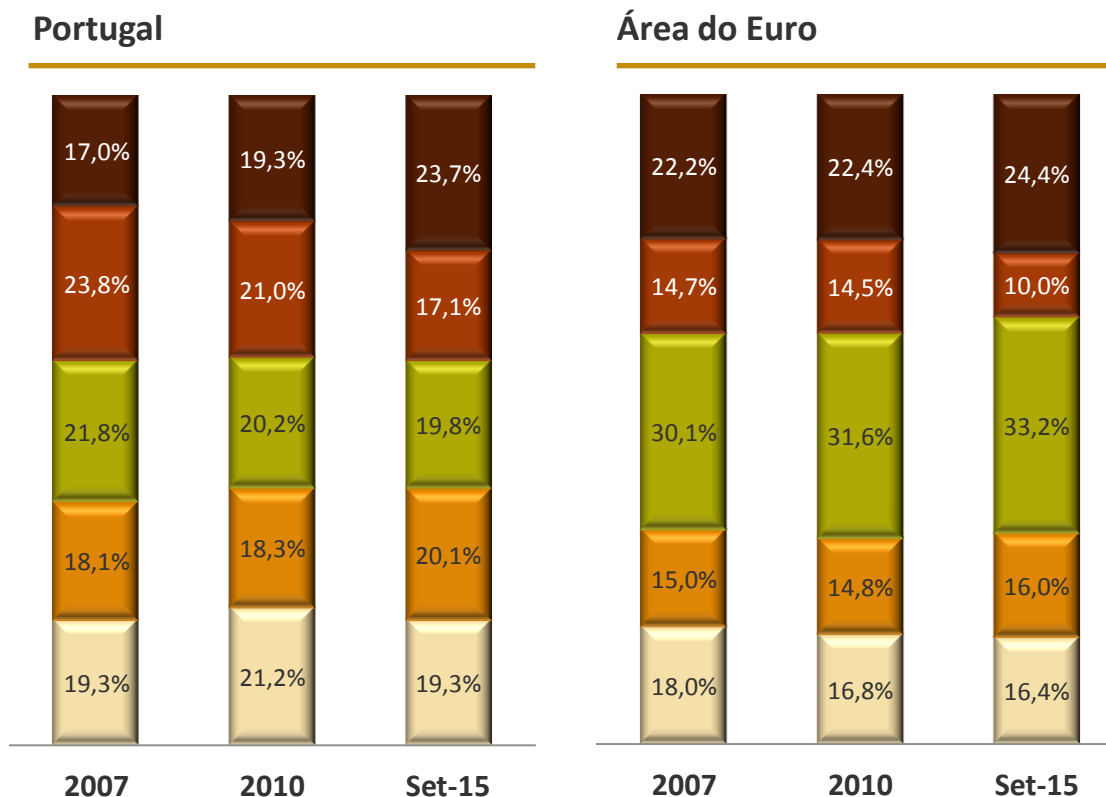
A evolução dos preços da habitação nos países periféricos do Euro tem tido uma trajetória descendente, mostrando-se menos acentuada em Portugal.

Índice de preços da habitação, em Portugal e noutros países da área do Euro (Dez. 2005=100)



O setor imobiliário português não foi alvo de *boom* especulativo no período anterior à crise, ao contrário do que aconteceu em Espanha, Irlanda e Grécia.

Em Portugal, a proporção do crédito por setor de atividade encontra-se mais equitativamente distribuída que na área do Euro.



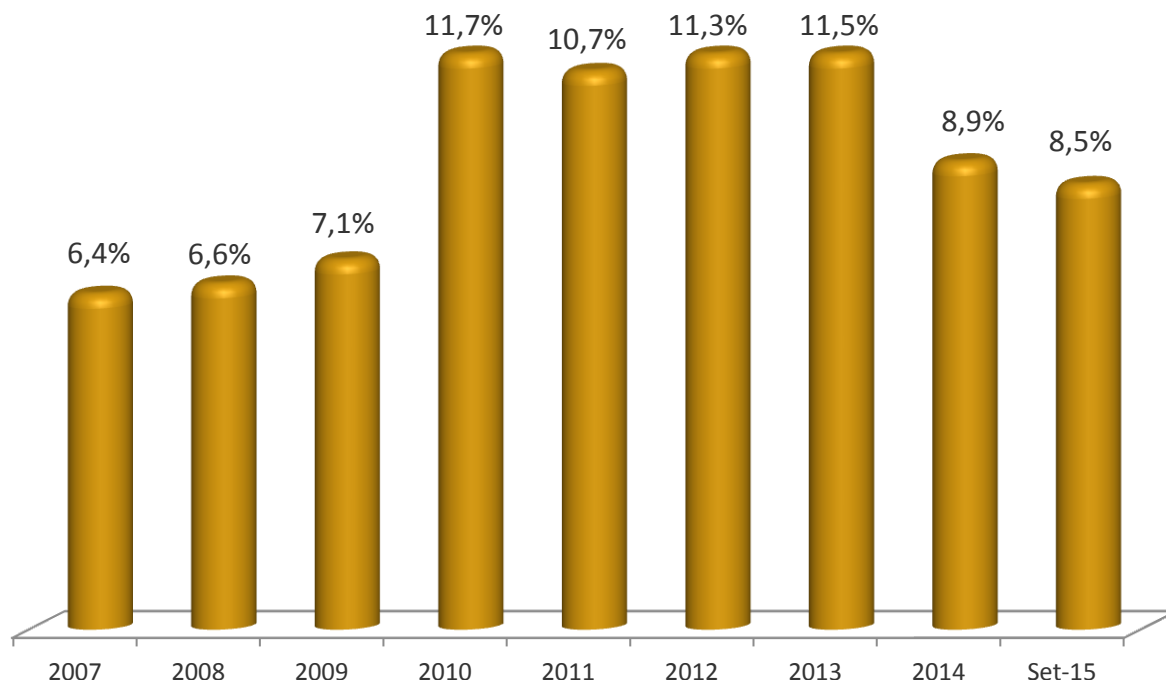
O crédito destinado à agricultura e indústria tem maior preponderância na área do Euro do que em Portugal. No entanto, a quota deste segmento no total do crédito a SNFs aumentou significativamente em Portugal nos últimos anos, aproximando-se dos valores europeus.

O peso agregado dos setores da construção e do imobiliário tem vindo a diminuir desde 2007 em Portugal. Por oposição, na área do Euro, a proporção destes setores aumentou até 2012, uma tendência que se inverteu no passado recente, devido à contração da atividade no setor da construção.

■ Outros ■ Comércio, alojamento e restauração ■ Atividades imobiliárias, de consultoria, técnicas e administrativas ■ Construção ■ Agricultura e indústria

As empresas públicas representam perto de 9% da dívida total das sociedades não financeiras ao setor financeiro residente.

Dívida das sociedades não financeiras públicas ao setor financeiro em Portugal*



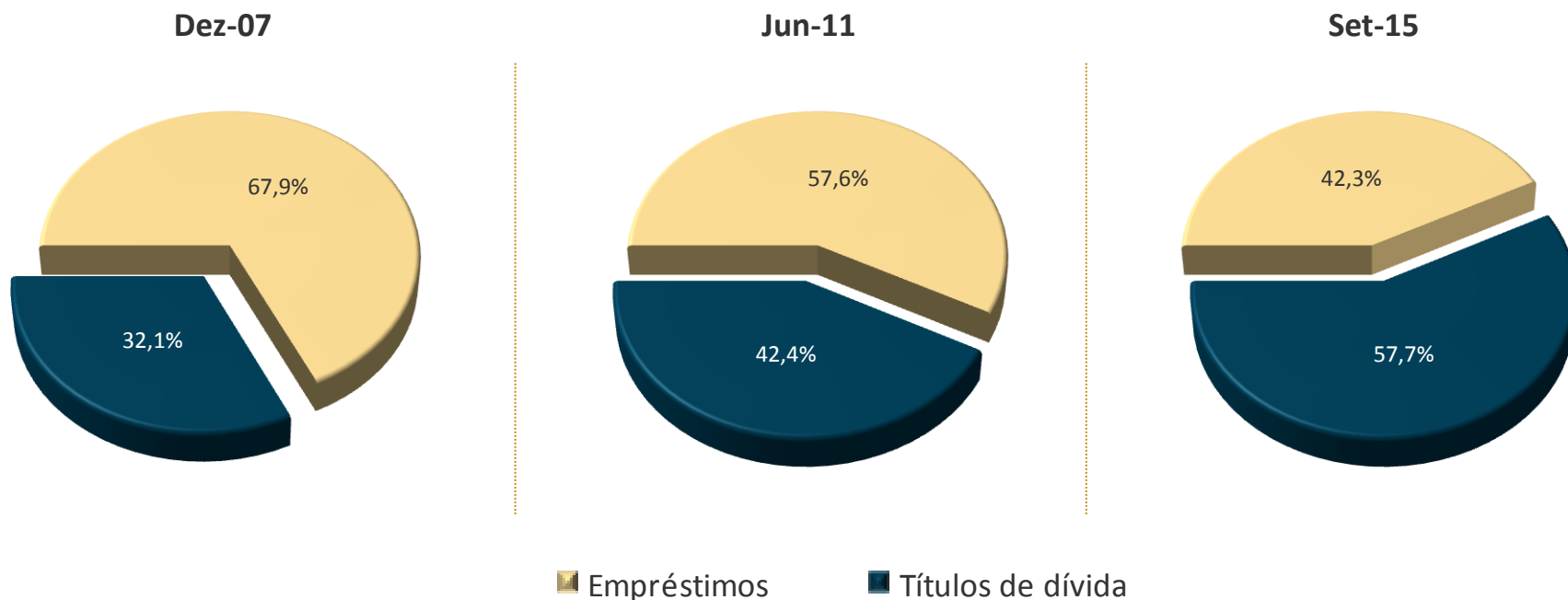
Em Portugal, a dívida do Setor Empresarial do Estado absorve uma parte significativa do total do financiamento a sociedades não financeiras. Este valor aumentou substancialmente desde 2009, fruto da crise da dívida soberana. Apesar da redução até 2015, é ainda superior ao verificado no período anterior a 2010.

* Em percentagem dos saldos de empréstimos contraídos e títulos de dívida emitidos por empresas não financeiras face ao setor financeiro residente. O conceito de setor financeiro residente inclui não apenas bancos, mas também outras instituições financeiras.

Fonte: Banco de Portugal

A dívida das empresas públicas ao setor financeiro residente sob a forma de títulos tem vindo em ganhar importância face aos empréstimos.

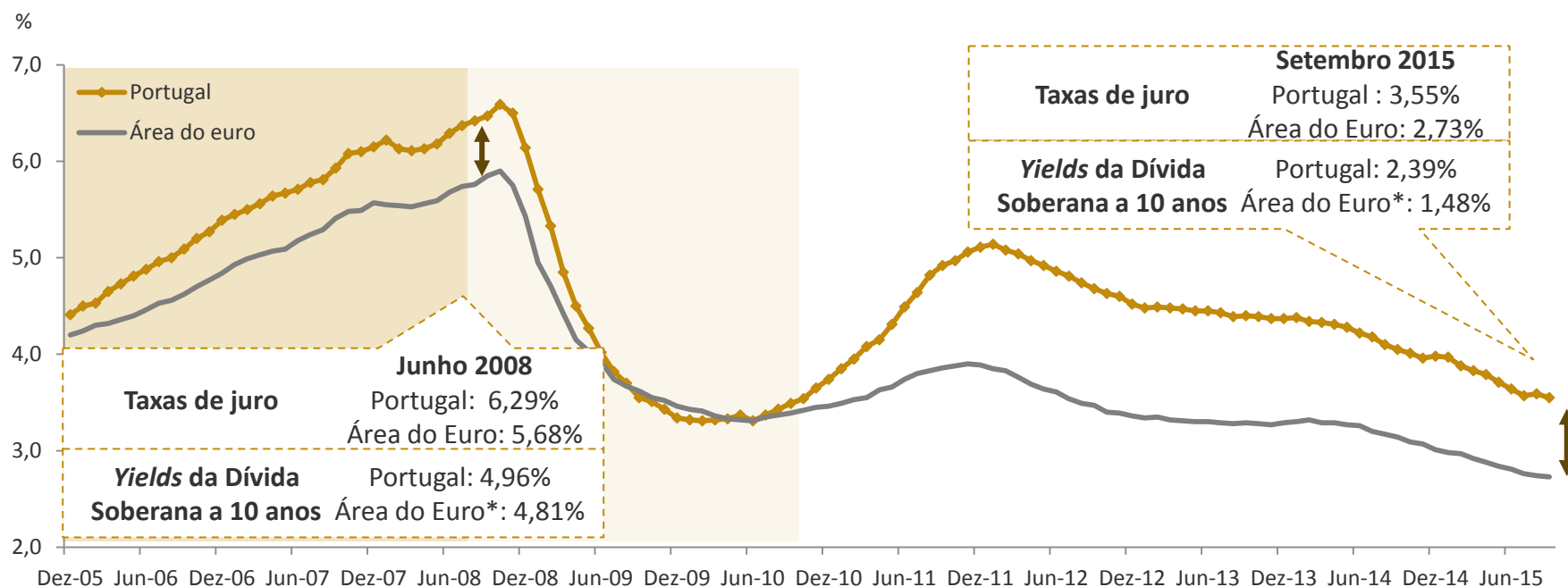
Dívida das sociedades não financeiras públicas ao setor financeiro em Portugal, por instrumento



Fonte: Banco de Portugal

O diferencial entre as taxas de juro médias dos empréstimos a SNFs em Portugal e na área do Euro aumentou depois do início da crise da dívida soberana.

Taxas de juro médias dos empréstimos de instituições financeiras monetárias (stock em balanço) a sociedades não financeiras, em Portugal e na área do Euro

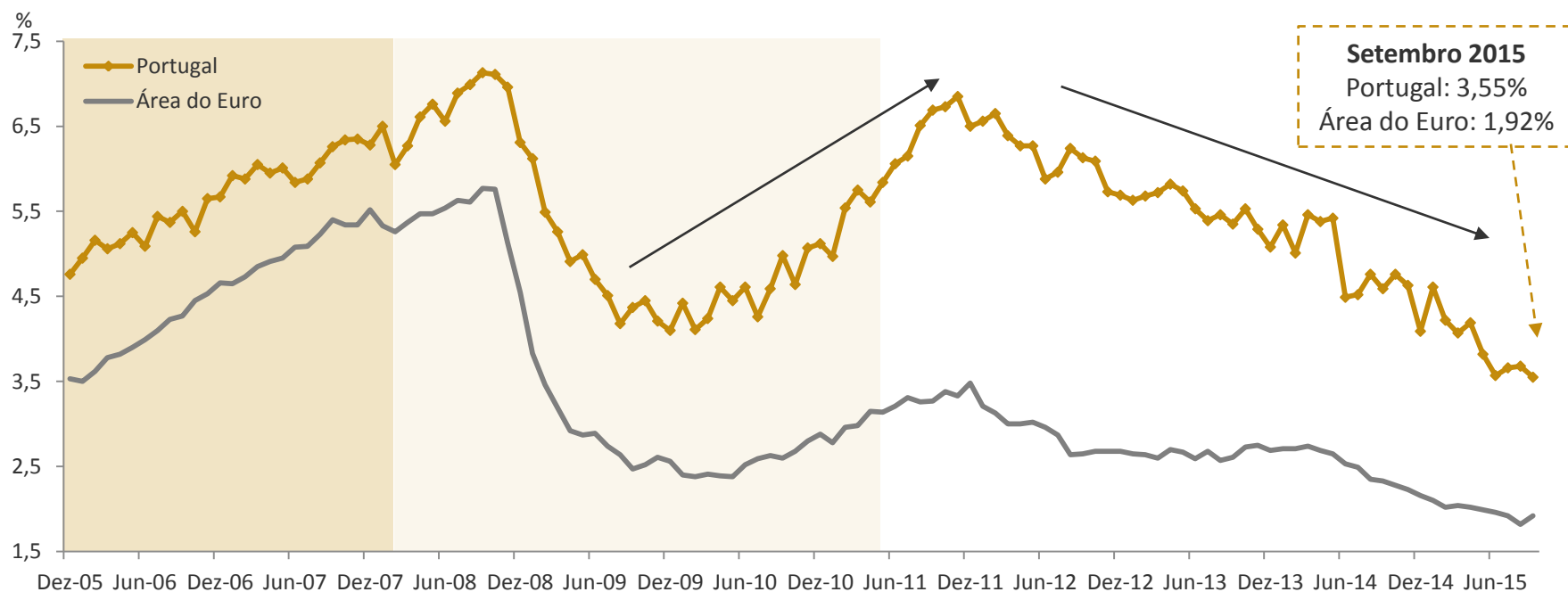


* Obrigação de Referência da área do Euro – Composição variável. Calculada como média ponderada das *yields* das dívidas soberanas dos países da área do Euro, utilizando os montantes remanescentes em dívida a 10 anos como ponderadores.

Fonte: BCE

As taxas de juro dos novos empréstimos a SNFs em Portugal aumentaram desde meados de 2009, mas têm vindo a decrescer desde o início de 2012.

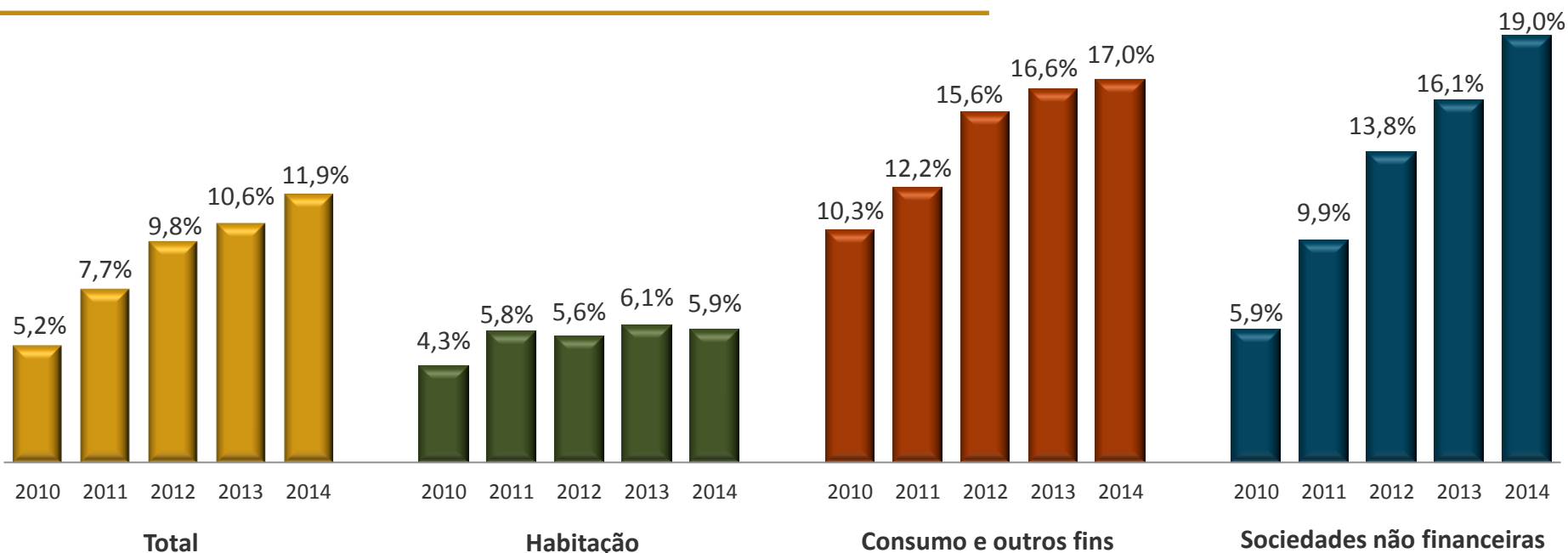
Taxas de juro médias dos empréstimos de instituições financeiras monetárias (novas operações) a sociedades não financeiras, em Portugal e na área do Euro



Fonte: BCE

A qualidade do crédito concedido registou uma deterioração desde 2010, com particular destaque nos segmentos de crédito ao consumo e a sociedades não financeiras.

Crédito em risco* em % do crédito total correspondente

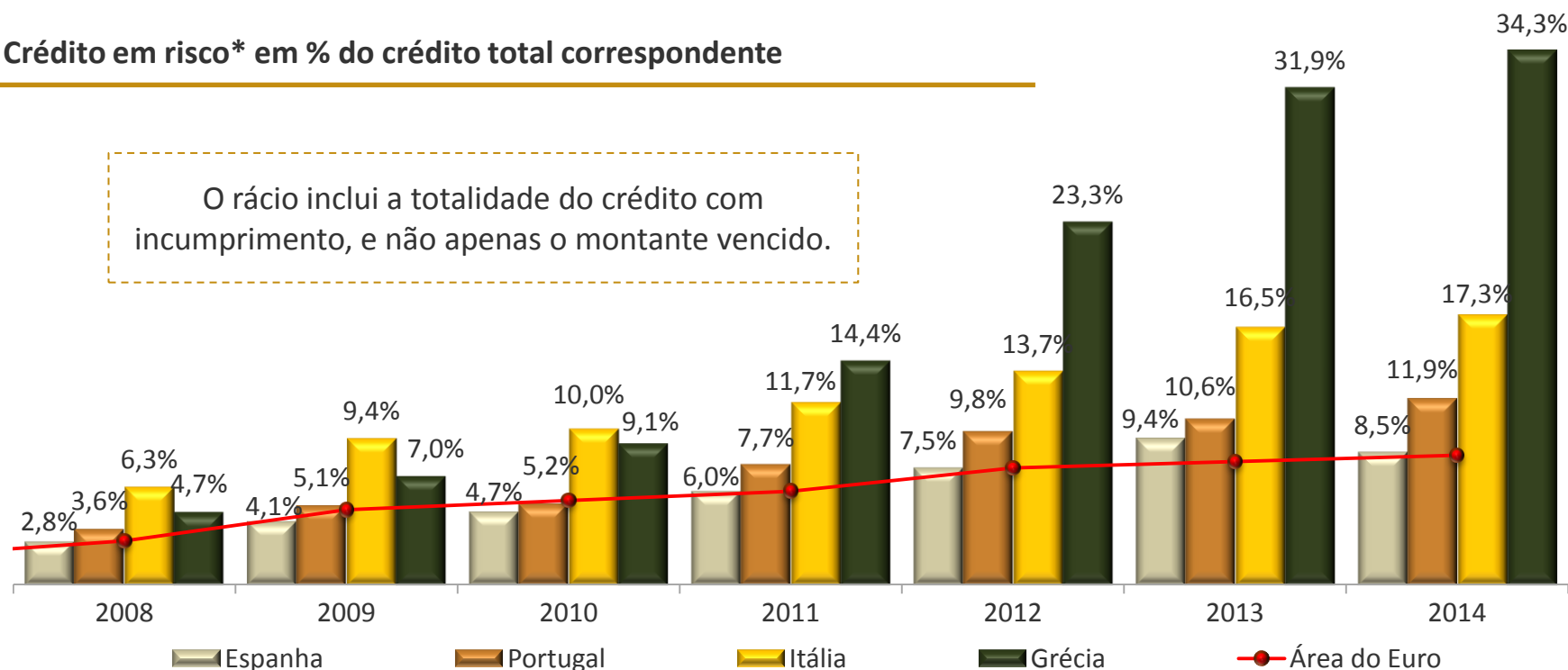


* Inclui o valor total em dívida: i) do crédito que tenha prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias; ii) dos créditos reestruturados, cujos pagamentos de capital ou juros, tendo estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados, refinanciados ou postecipada a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos; e iii) do crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação com crédito em risco.

Fonte: Banco de Portugal

Os NPLs evidenciaram uma tendência ascendente generalizada nos países da área do Euro, com particular incidência nos países vulneráveis.

Crédito em risco* em % do crédito total correspondente

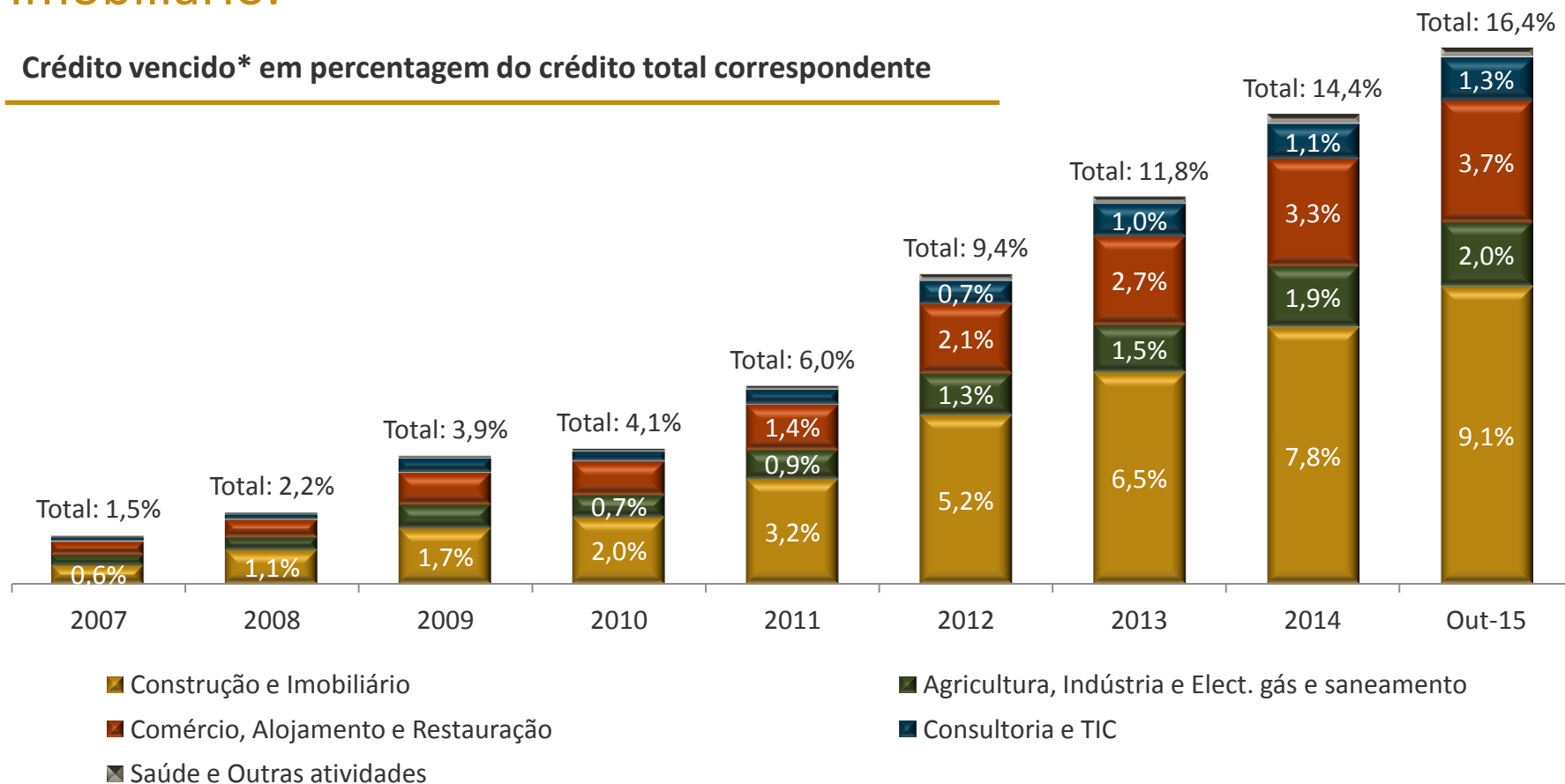


* Inclui o valor total em dívida: i) do crédito que tenha prestações de capital ou juros vencidos há mais de 90 dias; ii) dos créditos reestruturados, cujos pagamentos de capital ou juros, tendo estado vencidos por um período igual ou superior a 90 dias, tenham sido capitalizados, refinanciados ou postecipada a sua data de pagamento, sem que tenham sido adequadamente reforçadas as garantias constituídas ou integralmente pagos pelo devedor os juros e outros encargos vencidos; e iii) do crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação com crédito em risco.

Fonte: Banco de Portugal

A evolução do crédito vencido deve-se principalmente à deterioração da qualidade do crédito nos setores de Construção e Imobiliário.

Crédito vencido* em percentagem do crédito total correspondente



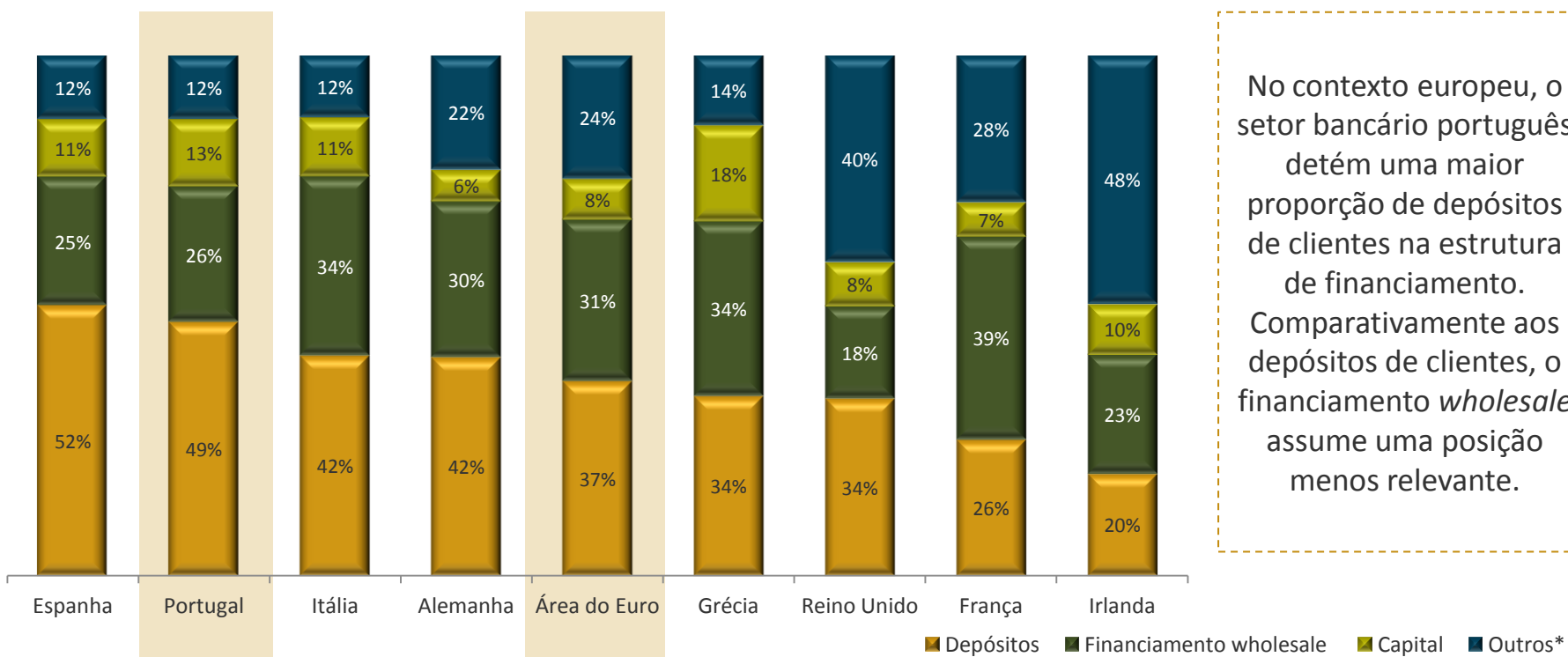
Fonte: Banco de Portugal

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

IV. Financiamento

Os depósitos de clientes constituem a fonte mais importante de financiamento dos bancos portugueses.

Comparação da estrutura de financiamento dos bancos portugueses com a de outros países da União Europeia (Setembro 2015)



No contexto europeu, o setor bancário português detém uma maior proporção de depósitos de clientes na estrutura de financiamento. Comparativamente aos depósitos de clientes, o financiamento *wholesale* assume uma posição menos relevante.

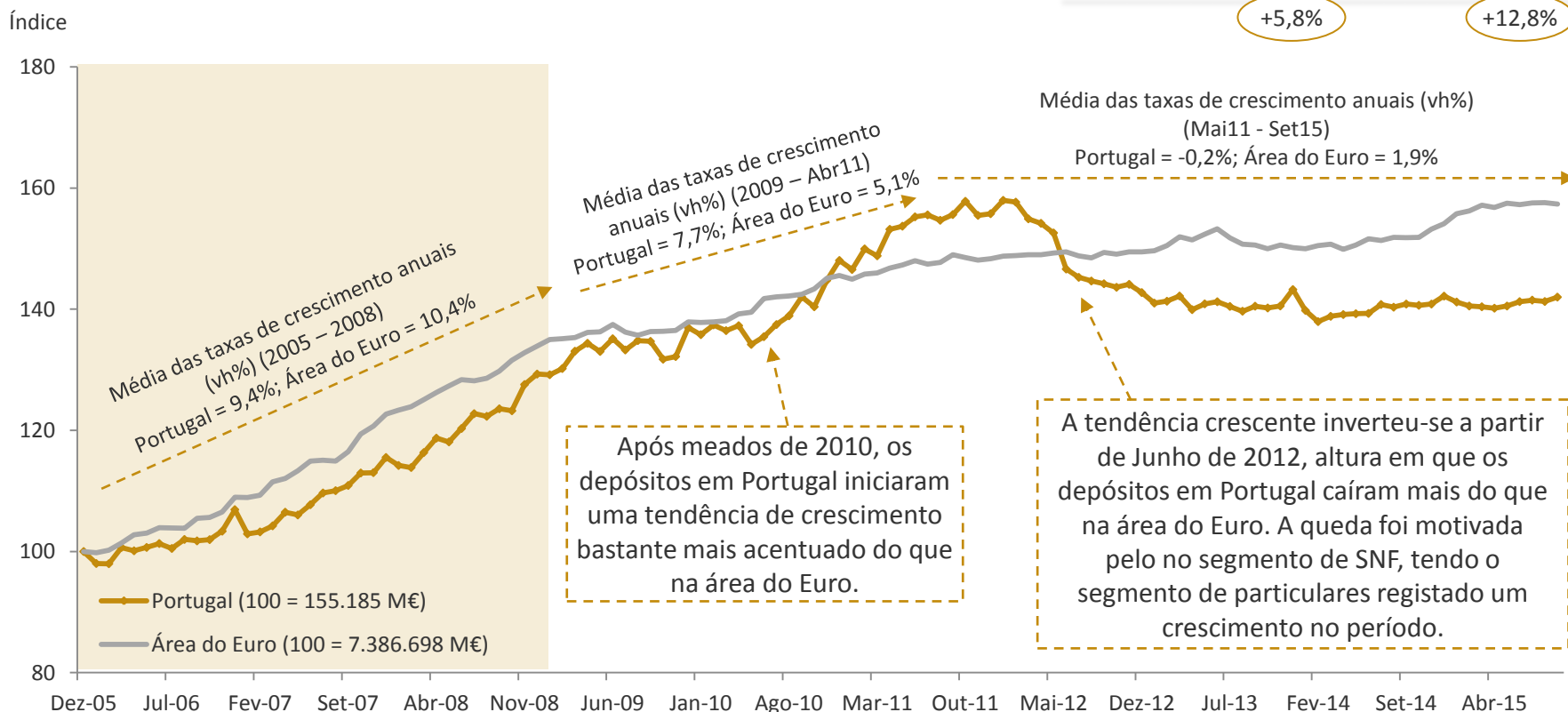
* Inclui responsabilidades com entidades não residentes na área do Euro, exceto para o Reino Unido em que inclui responsabilidades com não residentes no país.

Fonte: BCE

A tendência de crescimento dos depósitos da área Euro revelou-se mais estável que a portuguesa.

Evolução dos depósitos* em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)

	Portugal	Área do Euro
Mai. 10	208.241 M€	10.304.518 M€
Mai. 12	236.799 M€	11.027.581 M€
Set. 15	220.364 M€	11.622.462 M€
	+5,8%	+12,8%

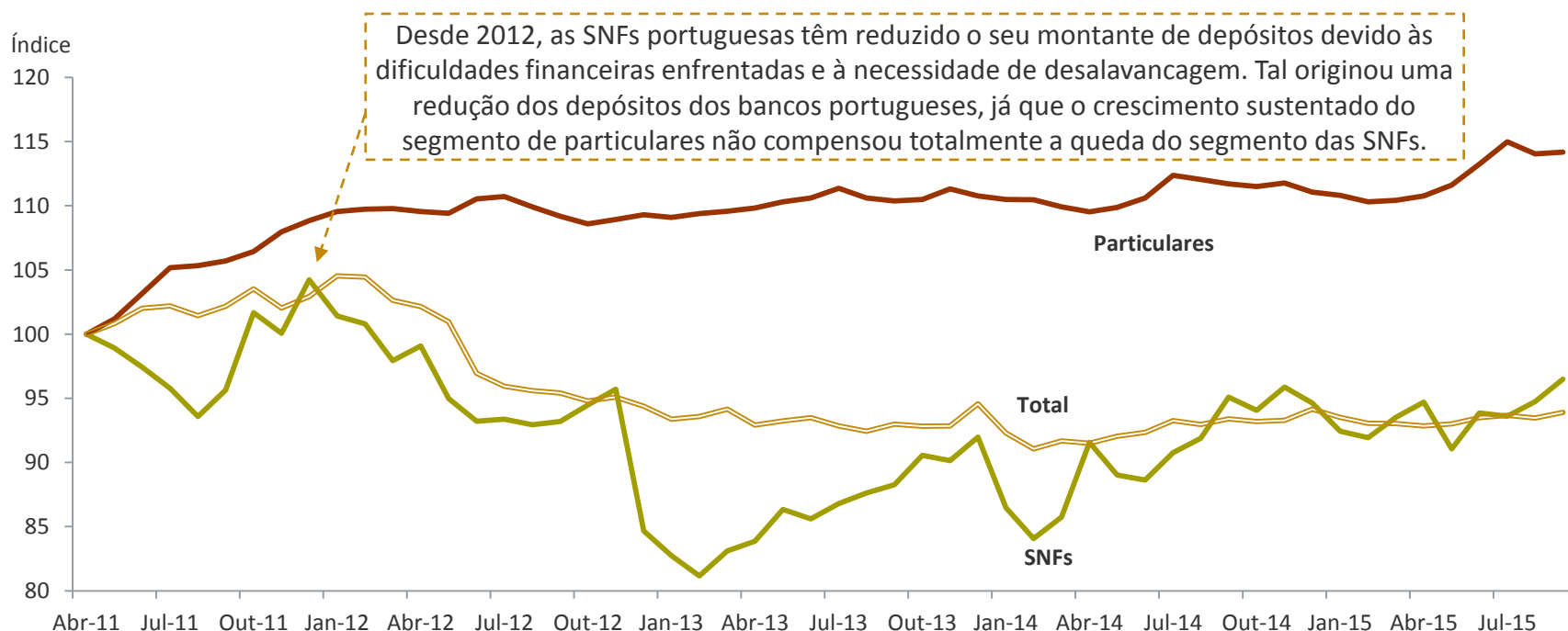


* Depósitos do setor não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: BCE

Após a queda dos depósitos de particulares decorrente da austeridade imposta pelo PAEF em Portugal, estes atingiram o seu valor mais alto de sempre em Junho.

Evolução dos depósitos* em Portugal, por setor institucional (Abr. 2011 = 100)

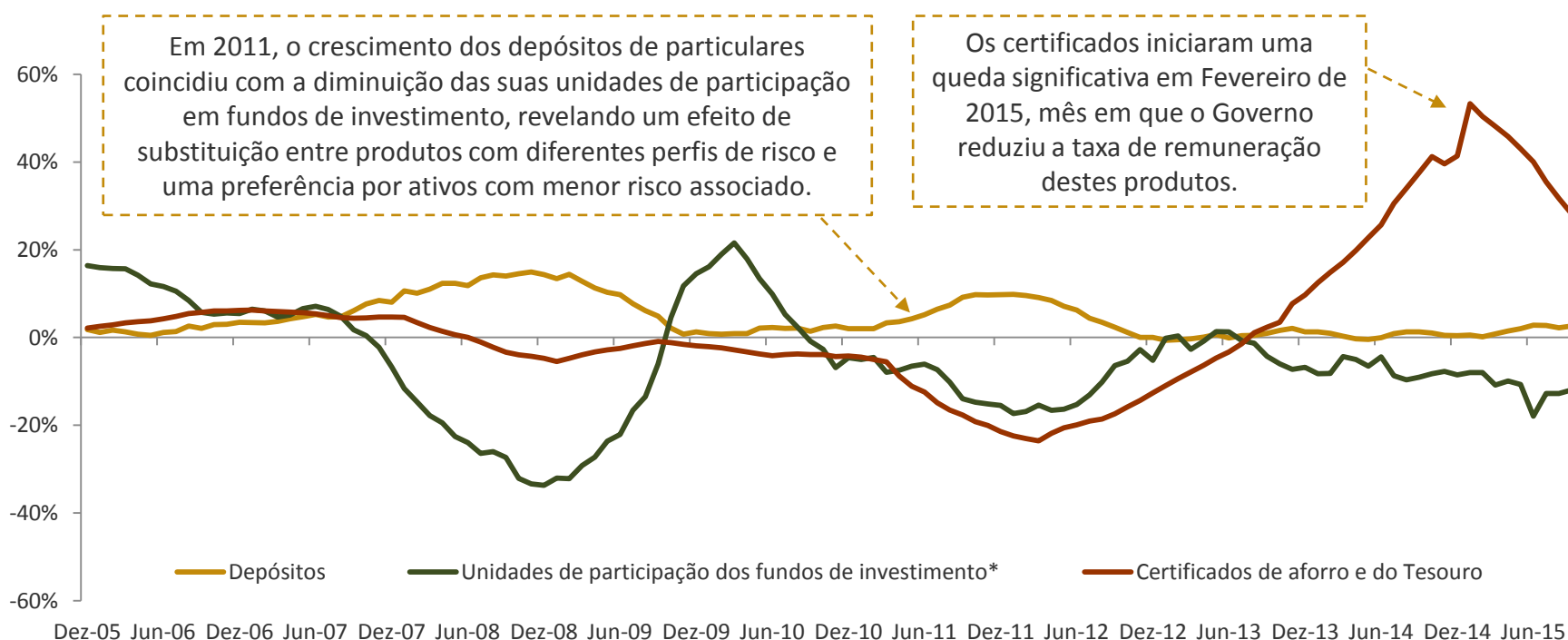


* Depósitos do setor não monetário (saldos em fim de período). Inclui emigrantes.

Fonte: Banco de Portugal

As rentabilidades atrativas dos certificados de aforro estimularam o seu crescimento desde 2013, coincidindo com uma redução das unidades de participação em fundos de investimento.

Taxas de crescimento dos depósitos, unidades de participação em fundos de investimento e certificados de aforro detidos por particulares, em Portugal (vh%)

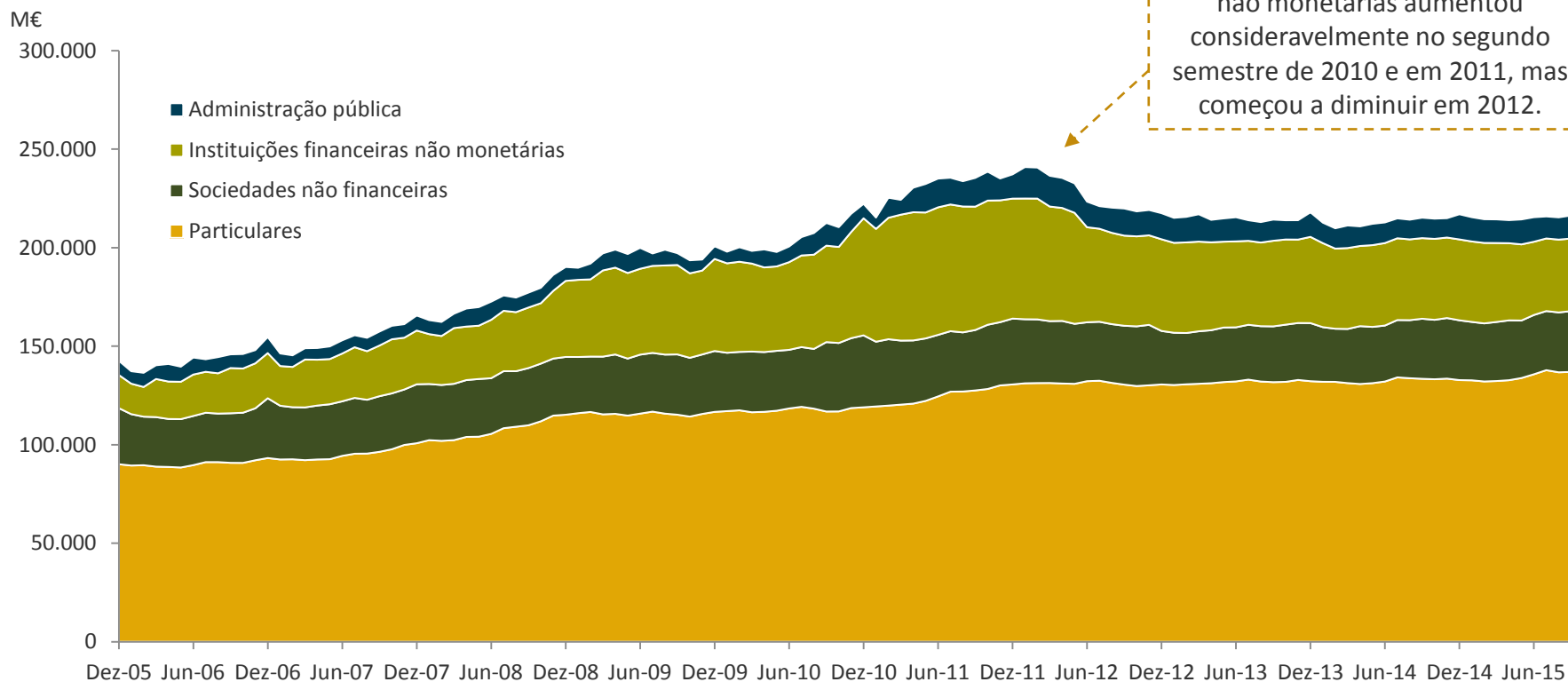


* Inclui fundos de ações, de obrigações, de tesouraria, do mercado monetário, de poupança reforma, de poupança em ações, de fundos e mistos.

Fonte: Banco de Portugal

Em Portugal, os depósitos são maioritariamente detidos por particulares e o seu peso tem vindo a aumentar.

Evolução dos depósitos* em Portugal, por setor institucional

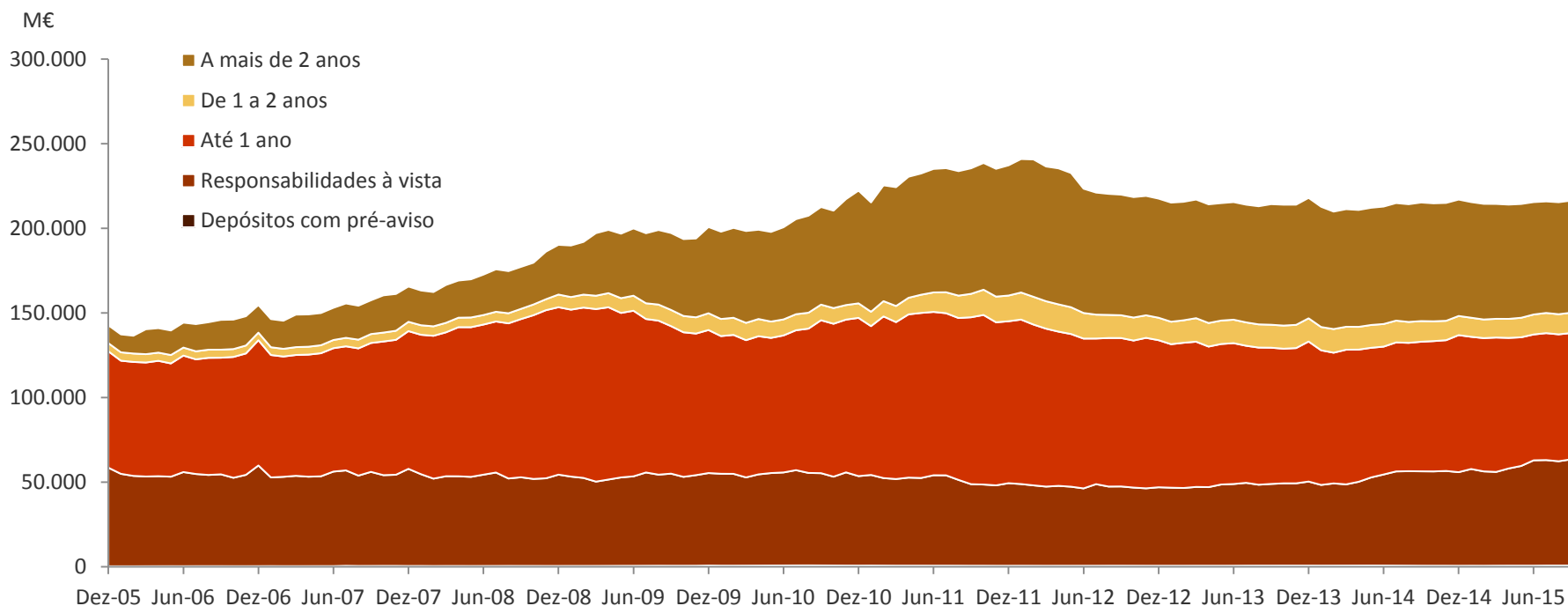


* Depósitos do setor não monetário (saldo em fim de período).

Fonte: Banco de Portugal

Os depósitos com maturidade inferior a um ano são os que têm maior expressão, apesar do recente crescimento verificado nos depósitos a prazos mais longos.

Evolução dos depósitos* em Portugal, por prazo

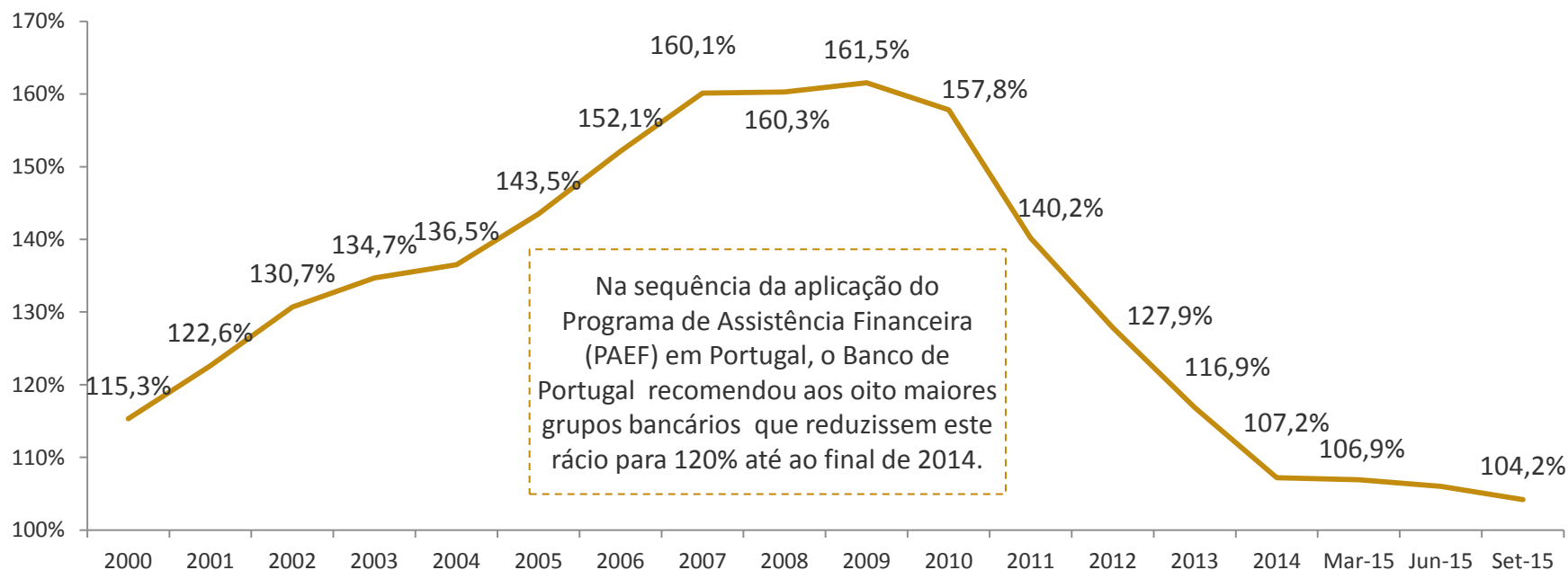


* Depósitos do setor não monetário (saldos em fim de período).

Fonte: Banco de Portugal

A diminuição do Rácio de Transformação reflete a desalavancagem que tem vindo a ser realizada pelo sistema bancário português.

Rácio Crédito* / Recursos de Clientes, em base consolidada

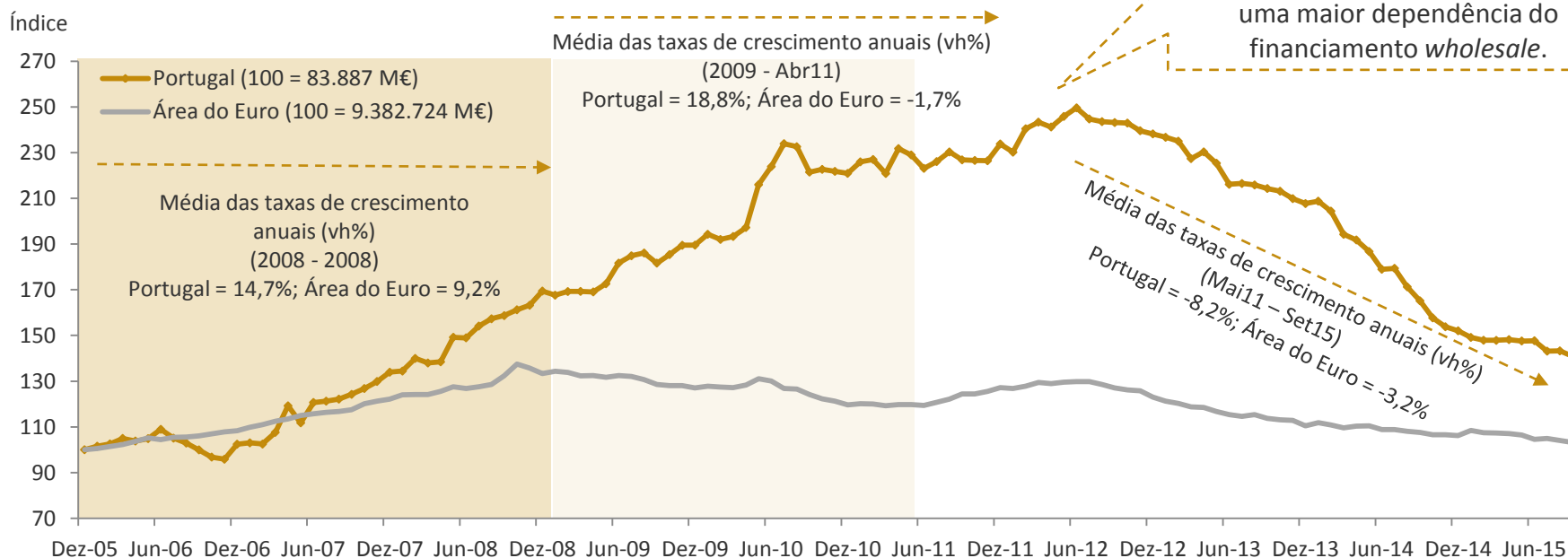


* Crédito líquido de imparidades (inclui créditos titularizados e não desreconhecidos). Saldos em fim de período.

Fonte: Banco de Portugal

O recurso ao financiamento *wholesale* por parte dos bancos portugueses cresceu a um ritmo bastante superior ao da área do Euro, tendência invertida nos últimos anos.

Evolução do financiamento *wholesale**, em Portugal e na área do Euro (Dez. 2005=100)

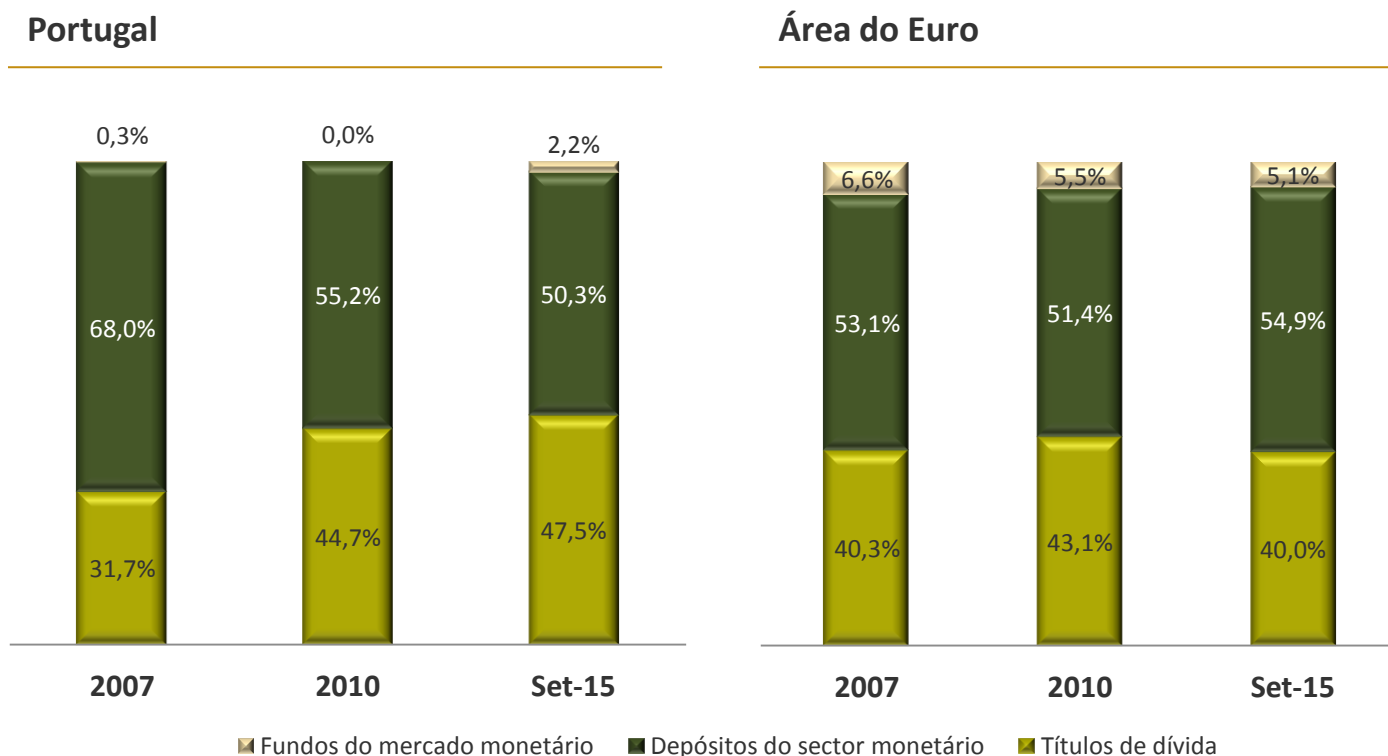


* O financiamento *wholesale* inclui os depósitos do setor monetário, títulos de dívida emitidos e fundos do mercado monetário (saldo em fim de período).

Fonte: BCE

Tanto em Portugal como na área do Euro, os depósitos do setor monetário são a principal componente do financiamento *wholesale* do setor bancário.

Estrutura do financiamento *wholesale*, por tipo de instrumento



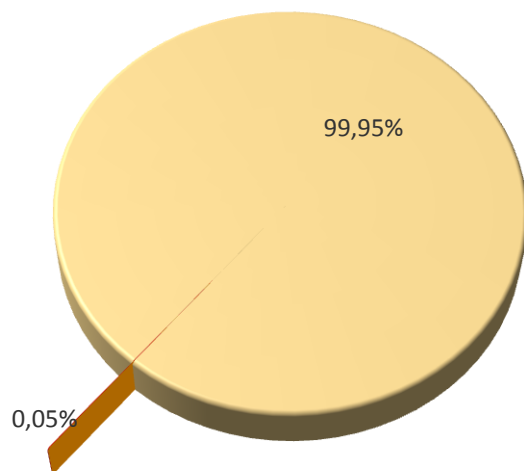
No entanto, em Portugal, o peso do mercado de emissão de títulos de dívida aumentou face a 2007. Inclusivamente, esta fonte de financiamento tem hoje mais expressão para os bancos portugueses do que para os da área do Euro.

Fonte: BCE

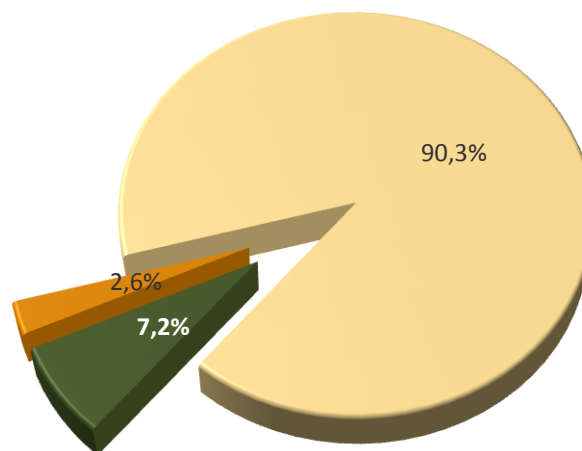
Tanto em Portugal como na área do Euro, os títulos de dívida emitidos pelos bancos são predominantemente de longo prazo.

Estrutura dos títulos de dívida, por maturidade na data de emissão (setembro 2015)

Portugal



Área do Euro

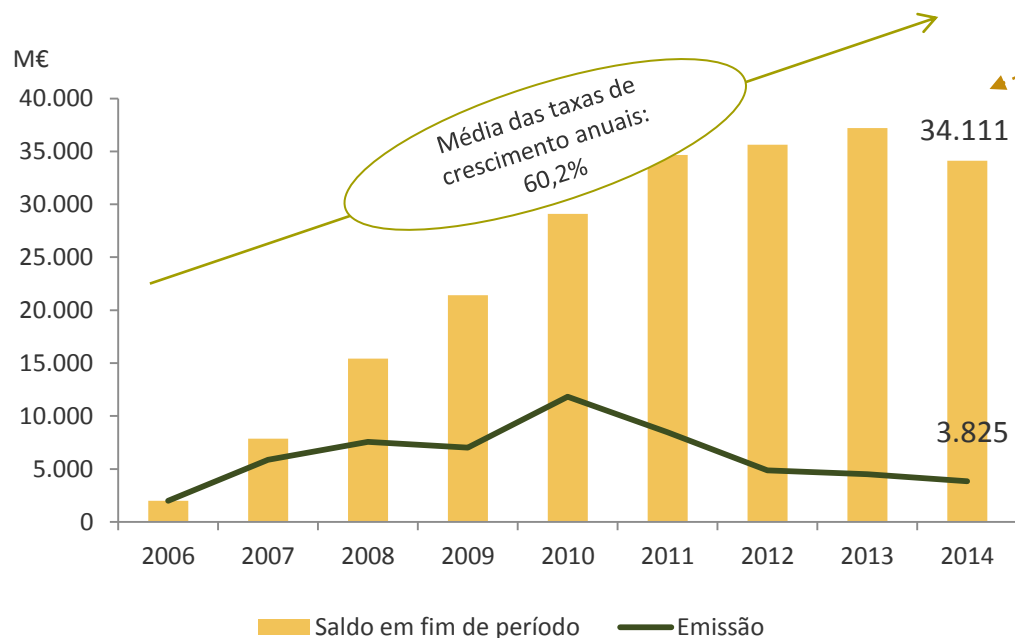


■ Até 1 ano ■ De 1 a dois anos ■ A mais de 2 anos

O peso das emissões de dívida com maturidade até dois anos tem evidenciado uma tendência decrescente no passado recente. O seu peso é apenas residual no contexto do setor bancário português, o que contrasta com o nível de representatividade na área do Euro.

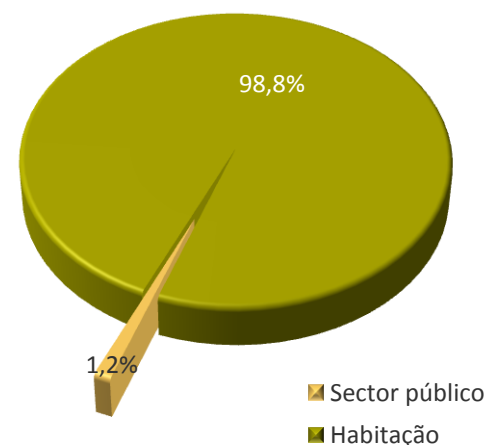
Até 2011, as *covered bonds* ganharam importância como fonte de financiamento dos bancos portugueses. No entanto, mais recentemente, o montante emitido diminuiu.

Emissão e saldos de *covered bonds* em Portugal



No final de 2014, o saldo de *covered bonds* representava cerca de 7,3% do financiamento dos bancos portugueses.

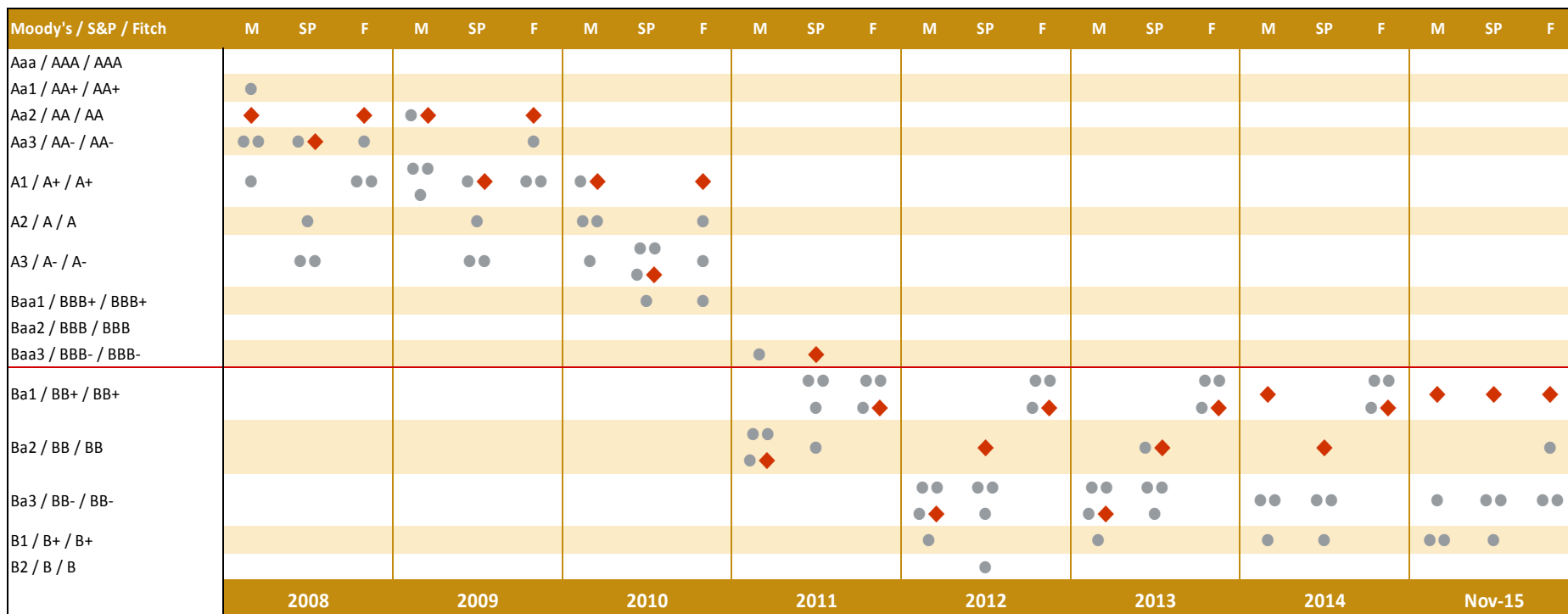
Covered bonds por tipo de ativo subjacente (2014)



Fonte: BCE, European Covered Bond Council, Factbook, 2014

Os *downgrades* do risco da República Portuguesa afectaram negativamente os *ratings** dos bancos portugueses.

Evolução dos ratings da República Portuguesa e dos bancos portugueses pela Moody's, pela S&P e pela Fitch

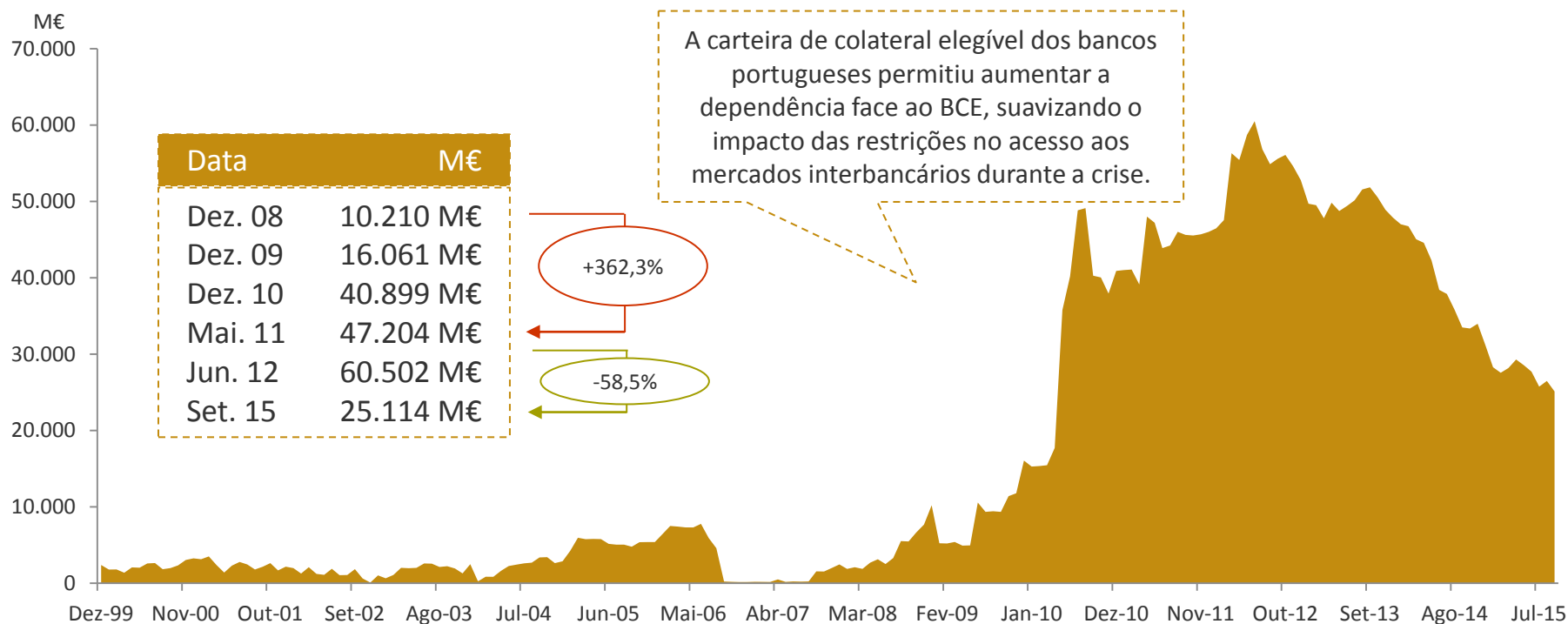


- ◆ República Portuguesa
- Bancos Portugueses (CGD, BCP, BPI e BES até 2013)

*Em fim de período.

O volume das operações de cedência de liquidez do BCE aos bancos portugueses tem vindo a descer de forma sustentada desde Junho de 2012.

Operações de cedência de liquidez do Banco Central Europeu*



* Saldos em fim de período.

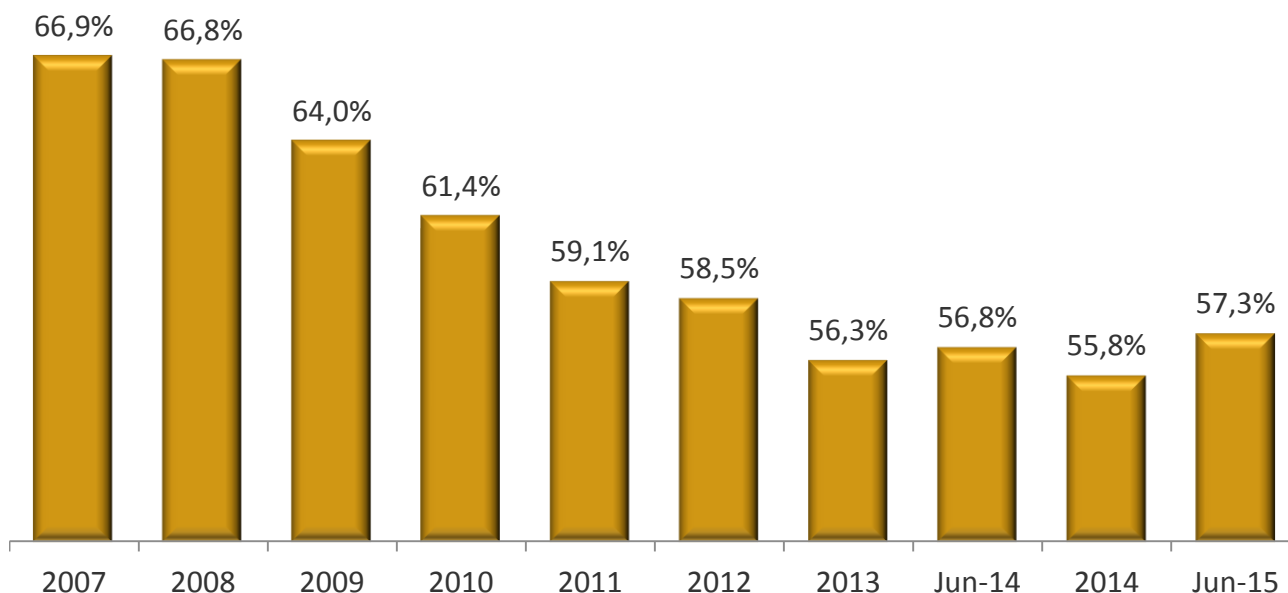
Fonte: Banco de Portugal

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

V. Solvabilidade

O nível de risco dos ativos dos bancos portugueses tem vindo a diminuir ao longo dos últimos anos.

Ativos ponderados pelo risco em proporção dos ativos totais*



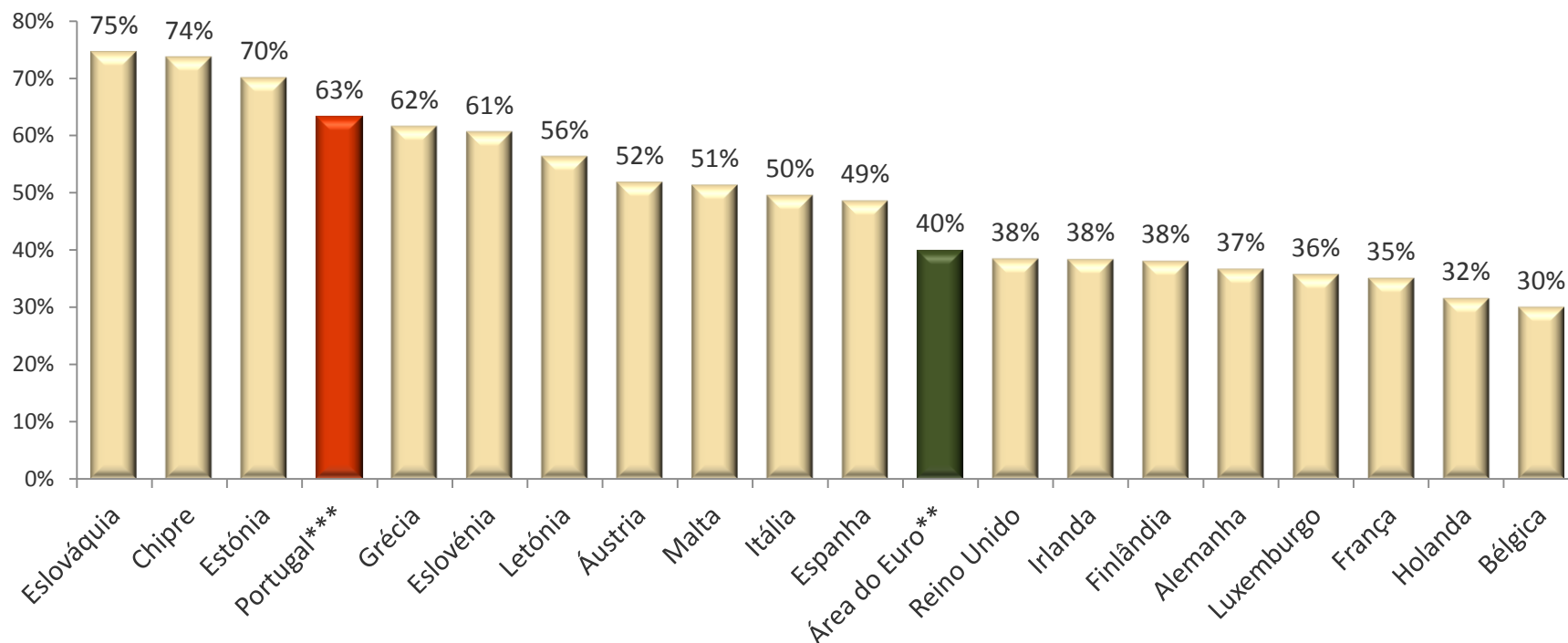
O Rácio Ativos Ponderados pelo Risco / Ativos Totais dos bancos portugueses sofreu um decréscimo considerável nos últimos anos. Esta tendência intensificou-se depois do PAEF e reflete uma diminuição do risco médio dos ativos que compõem o balanço dos bancos portugueses. No primeiro semestre de 2014 este rácio aumentou ligeiramente, por via das alterações de cálculo dos RWAs introduzidas pela CRD IV / CRR, voltando à trajetória descendente no final do mesmo ano.

* Os ativos ponderados pelo risco incluem rubricas fora de balanço; Dados em base consolidada.

Fonte: Banco de Portugal

No entanto, o Rácio Ativos Ponderados pelo Risco sobre o Ativo Total situa-se acima da média da área do Euro.

Ativos ponderados pelo risco em proporção dos ativos totais (Junho 2014)



* Os ativos ponderados pelo risco incluem rubricas fora de balanço.

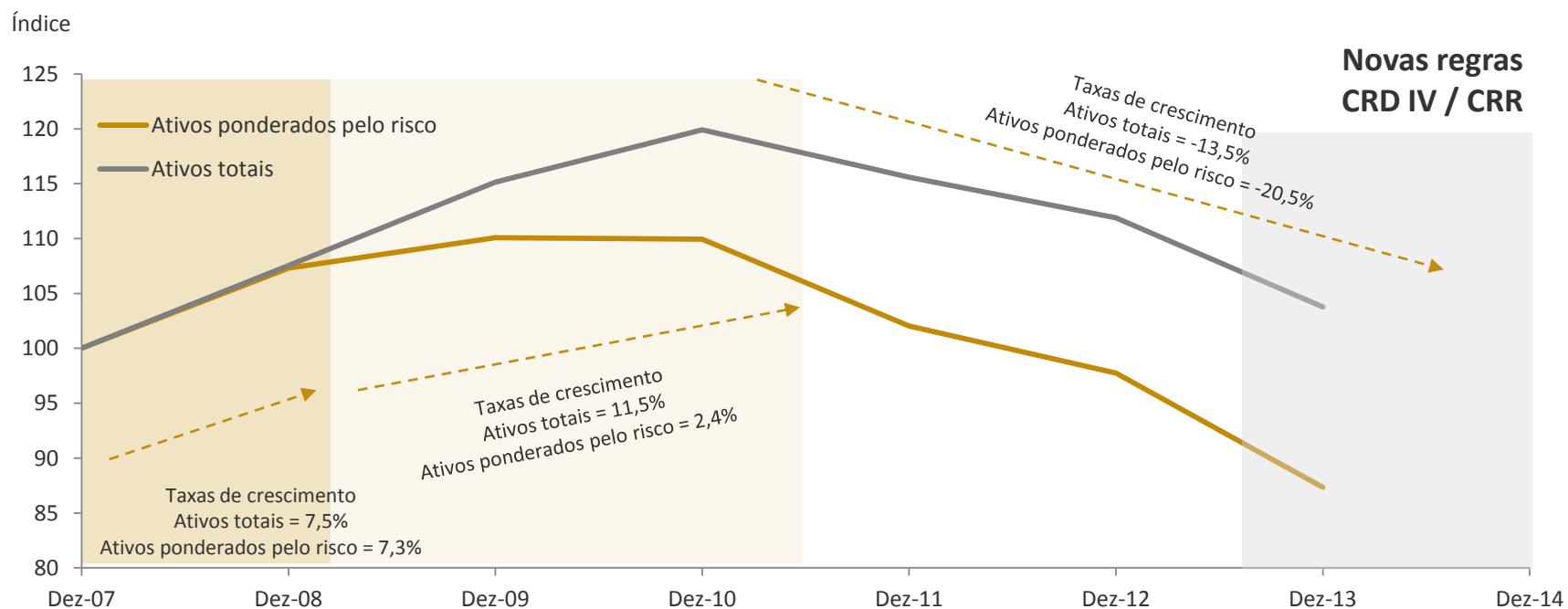
** Área do Euro com 18 países.

*** Os dados para Portugal podem diferir dos apresentados no slide anterior por ligeiras diferenças das metodologias utilizadas pelo Banco de Portugal e pelo BCE.

Fonte: BCE

Os ativos totais têm decrescido a uma taxa inferior à dos ativos ponderados pelo risco, fruto da otimização da exposição ao risco por parte dos bancos portugueses.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco e dos ativos totais dos bancos portugueses* (Dez. 2007=100)

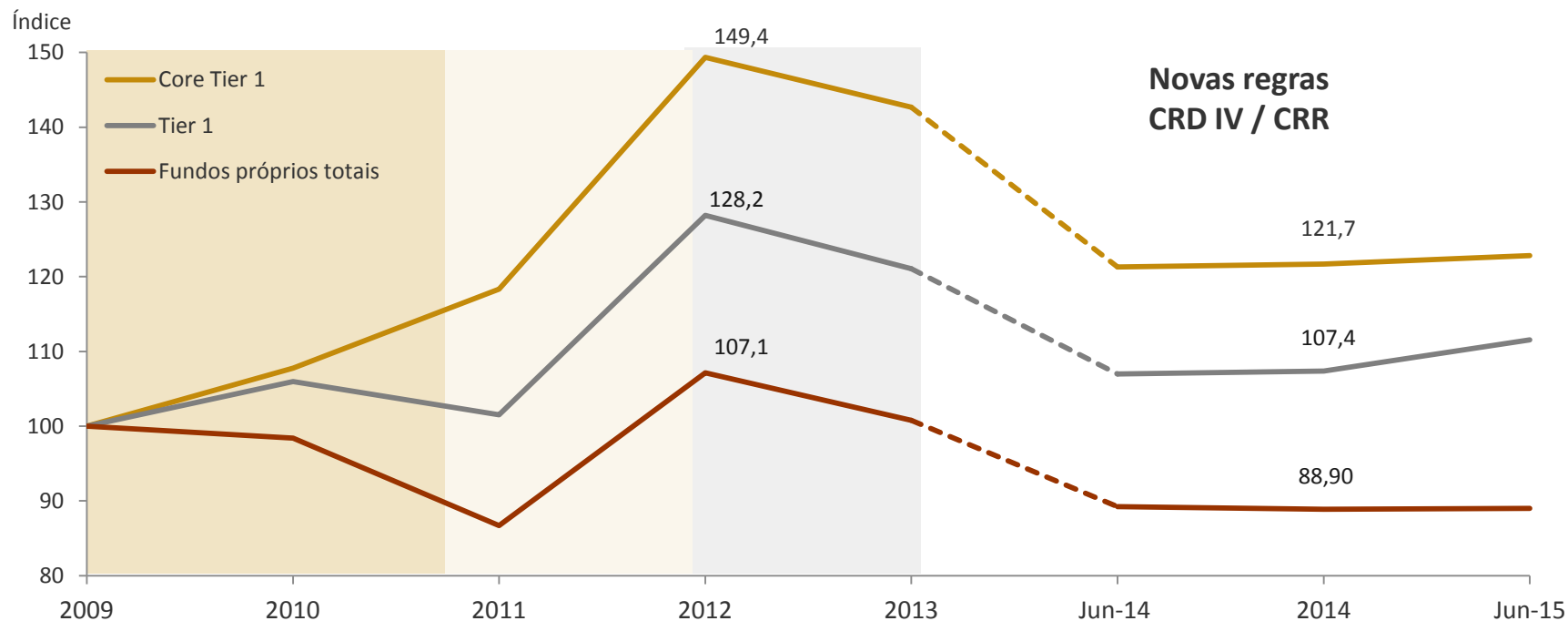


* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a atividade seguradora.

Fonte: BCE

Os fundos próprios de melhor qualidade dos bancos portugueses, *core* Tier 1, aumentaram significativamente desde 2009.

Evolução dos fundos próprios dos bancos portugueses* (Dez. 2009=100)

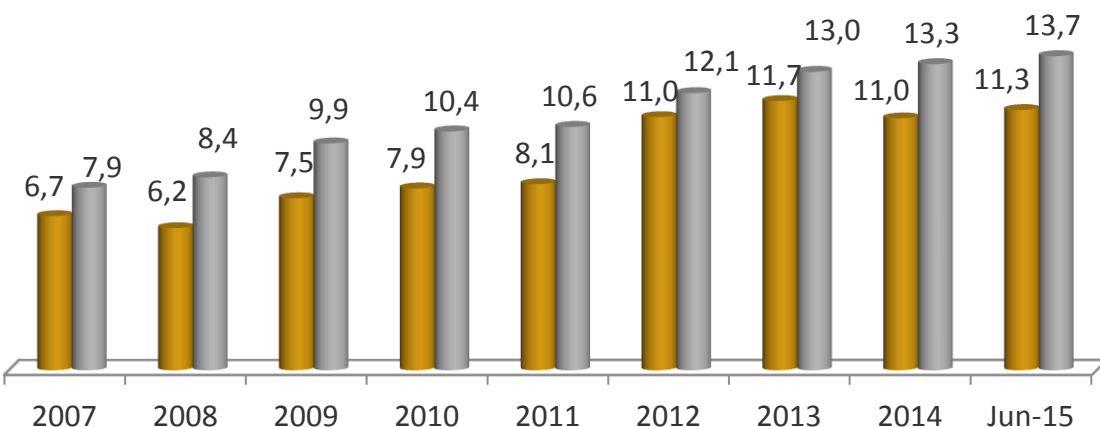


* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a atividade seguradora.

Fonte: Banco de Portugal

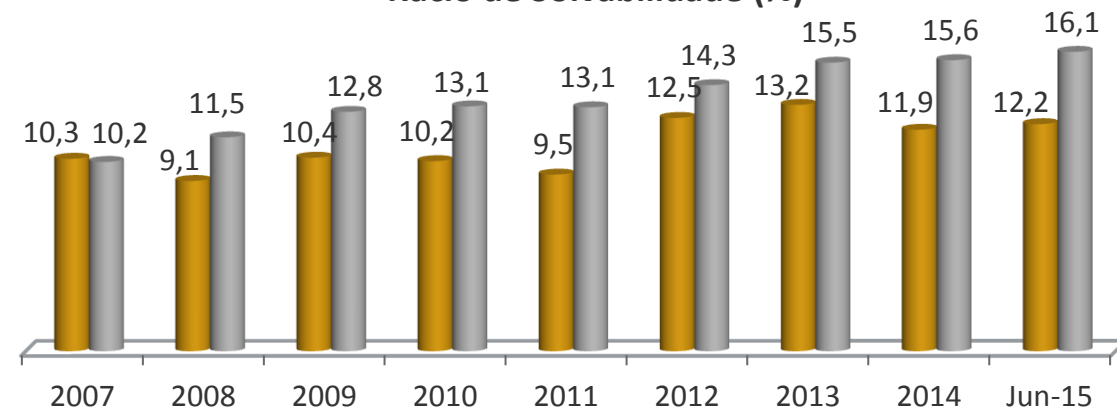
Historicamente, os níveis de capital dos bancos portugueses situaram-se sempre acima dos mínimos legais exigidos.

Rácio Tier 1 (%)



O Acordo de Basileia II impunha que o Rácio Tier 1 das instituições financeiras fosse igual ou superior a 4% e que o Rácio de Solvabilidade não fosse inferior a 8%. O novo quadro regulamentar, adotado no seguimento do Acordo de Basileia III e em vigor desde o início de 2014, foca-se no Rácio *Common Equity* Tier 1. Em 2014, e de acordo com o Regime transitório CRD IV/CRR, a exigência passa a ser de 6% para o Rácio Tier 1 e de 8% no que diz respeito ao Rácio de Solvabilidade.

Rácio de Solvabilidade (%)



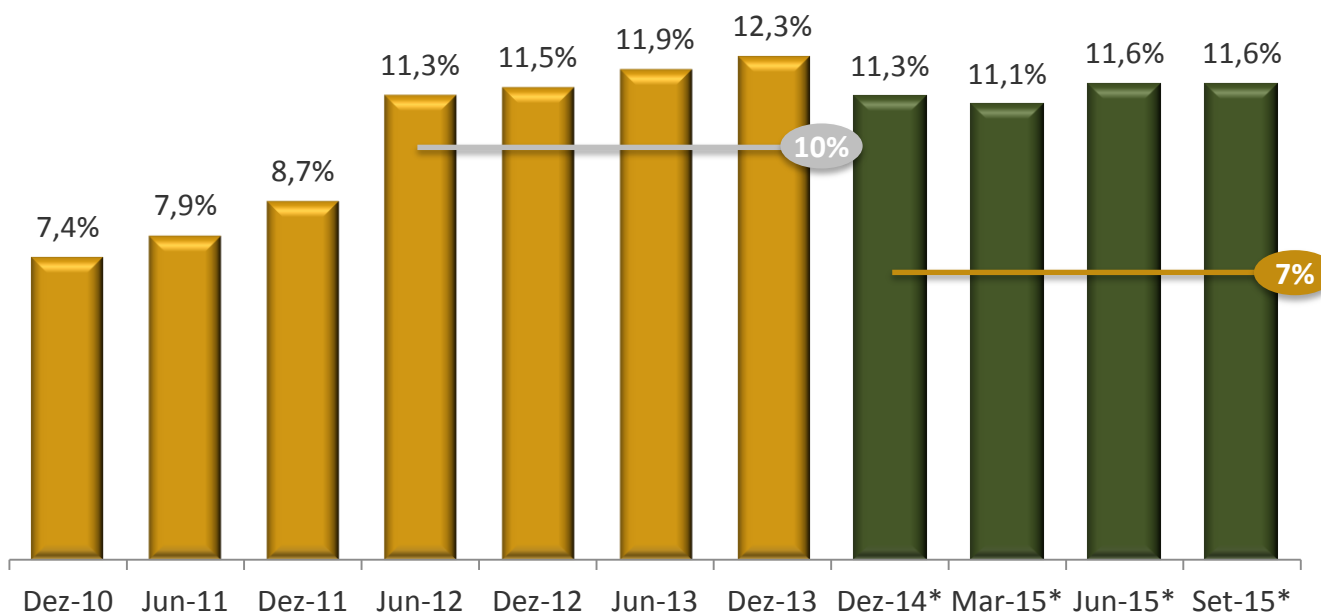
■ Portugal
■ Área do Euro

* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada excluindo a atividade seguradora.

Fonte: BCE

A situação de solvabilidade dos bancos portugueses melhorou substancialmente desde 2011, permitindo que o novo Rácio CET 1 se situe confortavelmente acima dos requisitos mínimos.

Rácio Core Tier 1 / Rácio Common Equity Tier 1



Desde o início de 2014, os bancos portugueses têm que cumprir o novo regime transitório de adequação de fundos próprios implementado pela CRD IV/CRR, que impõe um Rácio Common Equity Tier (CET) 1 de 7%. Até finais de 2013, os bancos portugueses estavam obrigados pelo Banco de Portugal a satisfazer um Rácio Core Tier 1 não inferior a 10%.

* Rácio CET 1 calculado de acordo com o novo regime transitório estabelecido na CRD IV/CRR.

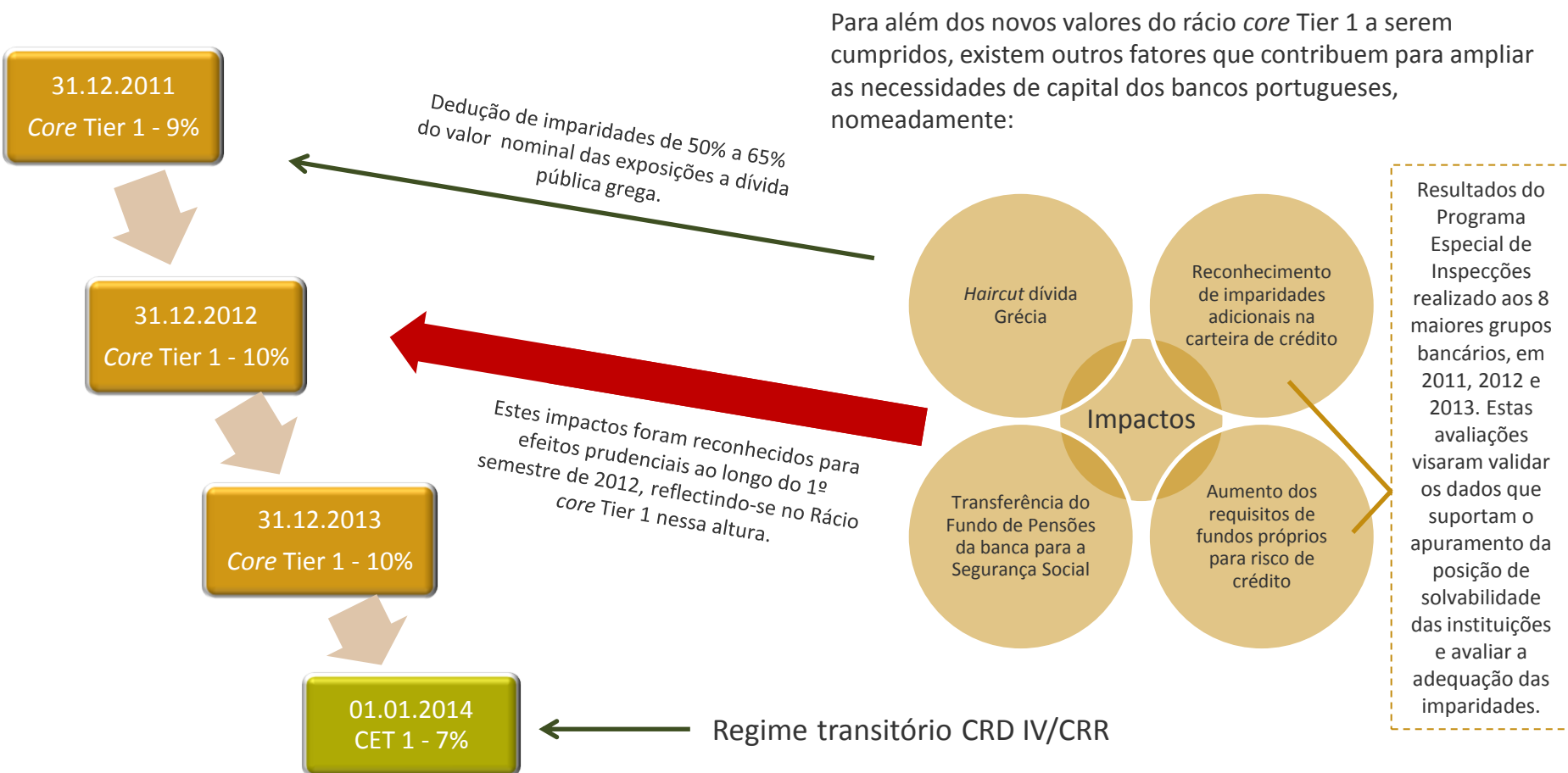
Fonte: Banco de Portugal

No passado recente o setor bancário enfrentou novos requisitos regulatórios...

	Basileia I 1992	Basileia II 2004	Basileia 2.5 2009	Basileia III 2014
Requisitos de Capital	<ul style="list-style-type: none"> Definição de Tier 1 e Tier 2 Requisitos: Tier 1 – 4%; Fundos Próprios – 8% 	<ul style="list-style-type: none"> Requisitos iguais a Basileia I 		<ul style="list-style-type: none"> Nova definição de capital Novos <i>buffers</i> <i>Leverage ratio</i> Risco sistémico
Requisitos de RWA	<ul style="list-style-type: none"> Pilar 1 – risco de mercado (alteração introduzida em 1997) Pilar 1 – Risco de crédito Requisito: 8% 	<ul style="list-style-type: none"> Novo Pilar 1 – risco de crédito Pilar 2 – ICAAP Pilar 3 – <i>Disclosures</i> Requisitos iguais a Basileia I 	<ul style="list-style-type: none"> Revisões a instrumentos de securitização e <i>trading book</i> 	<ul style="list-style-type: none"> Risco de contraparte Requisitos: CET – 4,5%; Tier 1 – 6%; Tier 1 + Tier 2 – 8%
Requisitos de Liquidez				<ul style="list-style-type: none"> <i>Liquidity coverage ratio</i> (LCR) <i>Net stable funding ratio</i> (NSFR)

Todos os valores são referentes à implementação integral dos acordos de Basileia.
Fonte: BIS, PwC

... com especial foco nos requisitos de capital.



Fonte: APB, Banco de Portugal

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

VI. Regimes de Recapitalização Pública e de Concessão de Garantias pelo Estado a favor das Instituições de Crédito

Cronologia dos regimes de recapitalização pública e de concessão de garantias pessoais pelo Estado a favor das instituições de crédito antes do início do PAEF

Outubro
2008

Maio
2009

Fevereiro
2010

Março
2010

Julho
2010

Janeiro
2011

Regime de garantias

Regime aprovado até Dezembro de 2009
€20.000 M

Orçamento alterado
€16.000 M

Prorrogação até Junho 2010
Orçamento alterado
€ 9.150 M

Prorrogação até Dezembro de 2010

Prorrogação até Junho de 2011

Regime de recapitalização

Regime aprovado até Novembro de 2009
€ 4.000 M

Prorrogação até Junho de 2010
Orçamento alterado
€ 3.000 M*

Prorrogação até Dezembro de 2010

Prorrogação até Junho de 2011

Lei nº
60-A/2008

Lei nº
60-A/2008

Lei nº
3-B/2010

* A utilização de ambos os regimes não pode exceder EUR 9.150 M.
Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

Cronologia dos regimes de recapitalização pública e de concessão de garantias pessoais pelo Estado a favor das instituições de crédito durante o PAEF

Junho 2011 Dez 2011 Maio/Jun 2012 Dez 2012 Agosto 2013 Dez 2013 Junho 2014 Nov 2014 Junho 2015

Regime de garantias

Prorrogação até Dez 2011 Orçamento alterado € 35.000 M	Prorrogação até Junho de 2012	Prorrogação até Dezembro de 2012	Prorrogação até Junho de 2013	Prorrogação até Dezembro de 2013	Prorrogação até Junho de 2014	Prorrogação até Dezembro de 2014	Prorrogação até Junho de 2014	Prorrogação até Dezembro de 2014
---	-------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	----------------------------------	-------------------------------	----------------------------------

Regime de recapitalização

Prorrogação 31 Dez 2011
Orçamento alterado € 12.000 M

Prorrogação até Dez 2012

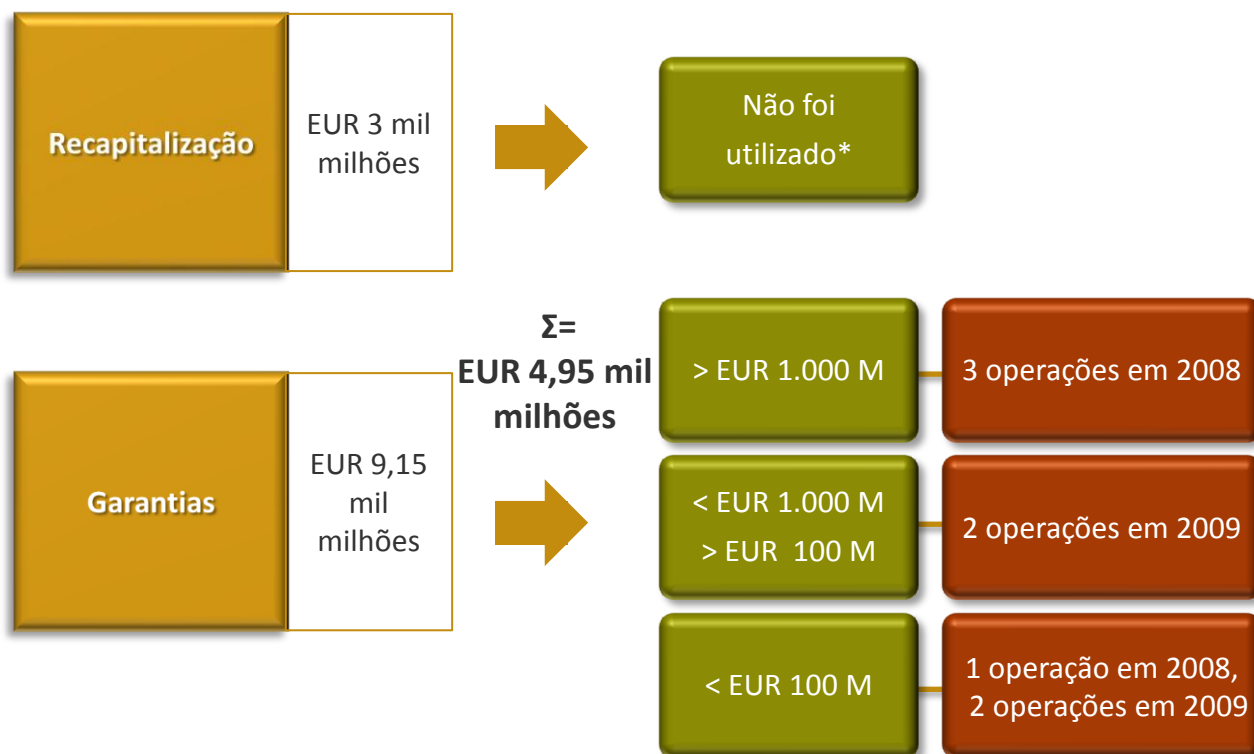
Prorrogação até Dez 2013

Lei nº 48/2011
Lei nº 4/2012

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

Os bancos portugueses ultrapassaram a crise financeira sem apoio estatal em termos de recapitalização...

Regimes de apoio estatal utilizados até fim de Junho de 2011



Até fim de Junho de 2011:

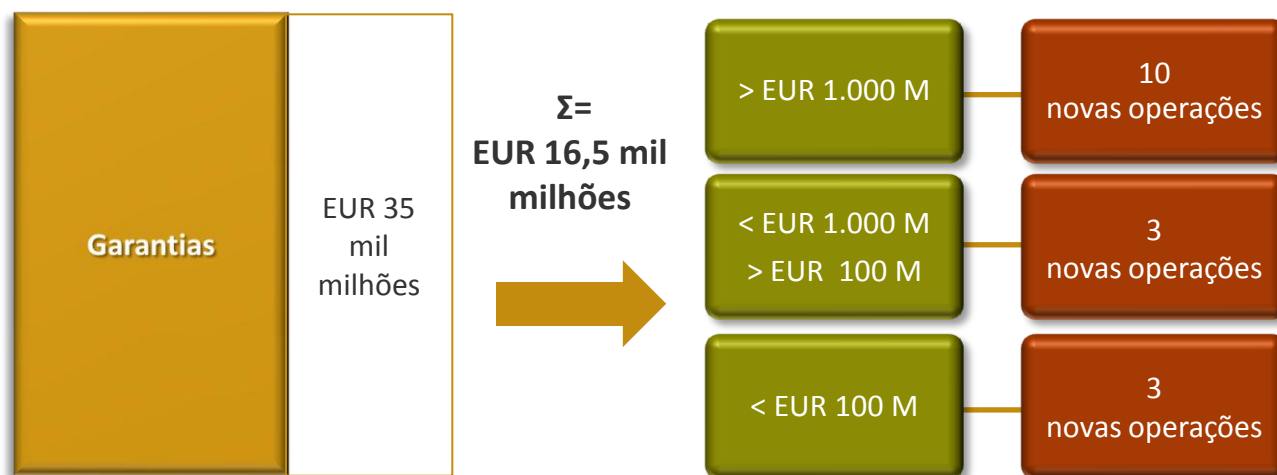
- 6 bancos (incluindo a CGD) tinham utilizado o regime de garantias;
- 2 operações no valor de EUR 75 M tinham sido amortizadas (uma em 2009 e outra em 2010);
- O montante de garantias em vigor totalizava EUR 4.875 M, que corresponde a 53% do orçamento existente.

* Não foi utilizado por bancos privados. Em Dezembro de 2010, a CGD aumentou o seu capital em EUR 550 M, dos quais EUR 56 M procederam do orçamento do regime de recapitalização.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

... entretanto, a crise da dívida pública levou ao aumento da utilização de garantias concedidas pelo Estado.

Utilização do Regime de Garantias desde Julho de 2011



- Desde Julho de 2011:
 - **6 bancos** usaram o regime de garantias em novas operações de financiamento;
 - As novas operações ascenderam a **EUR 16.525 M**, o correspondente a **47,2%** do respectivo orçamento

A utilização do Regime de Recapitalização ocorreu posteriormente, para dar cumprimento às regras impostas pelo Banco de Portugal e pela EBA.

Utilização do Regime de Recapitalização



- No final de Dezembro de 2014, os bancos que recorreram ao regime de recapitalização já tinham reembolsado EUR 4,025 mil milhões. O montante utilizado à data era de EUR 1,575 mil milhões.

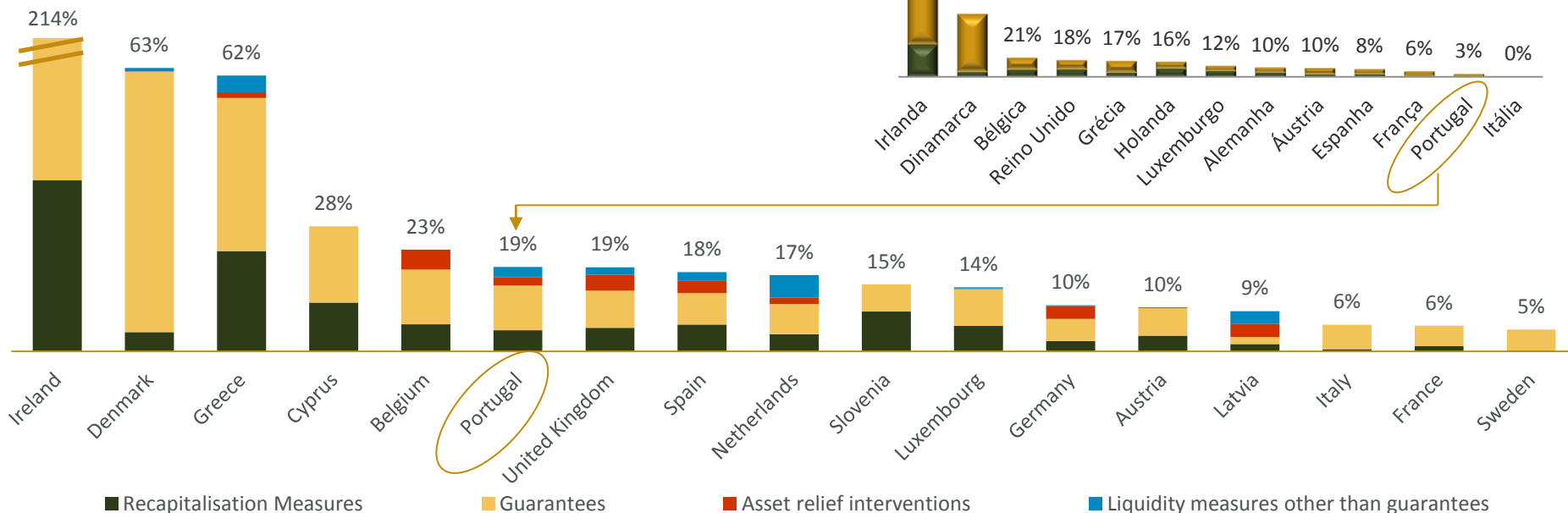
* Não inclui a recapitalização da CGD, em Junho de 2012, no valor de EUR 1.65 milhões.

Fonte: APB, Comissão Europeia – DGCOMP, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

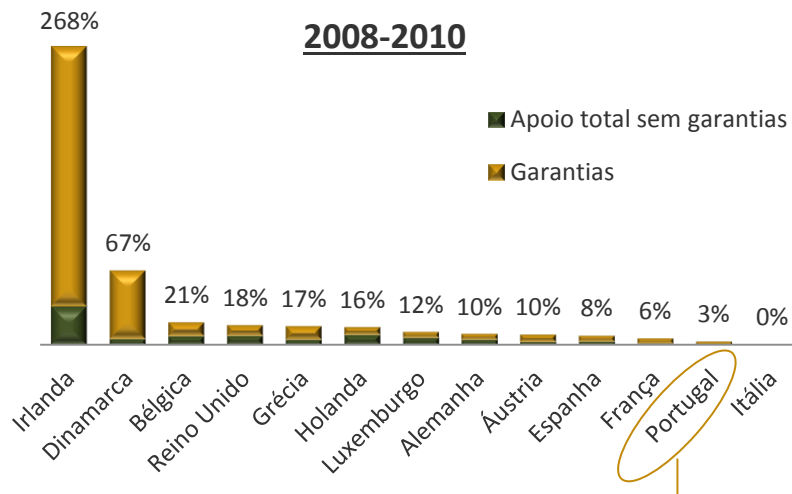
A ajuda estatal utilizada pelos bancos portugueses até 2010 foi de 3% do PIB, subindo para 19% em 2013.

Apoio Estatal ao setor financeiro em percentagem do PIB*

2008-2013



2008-2010

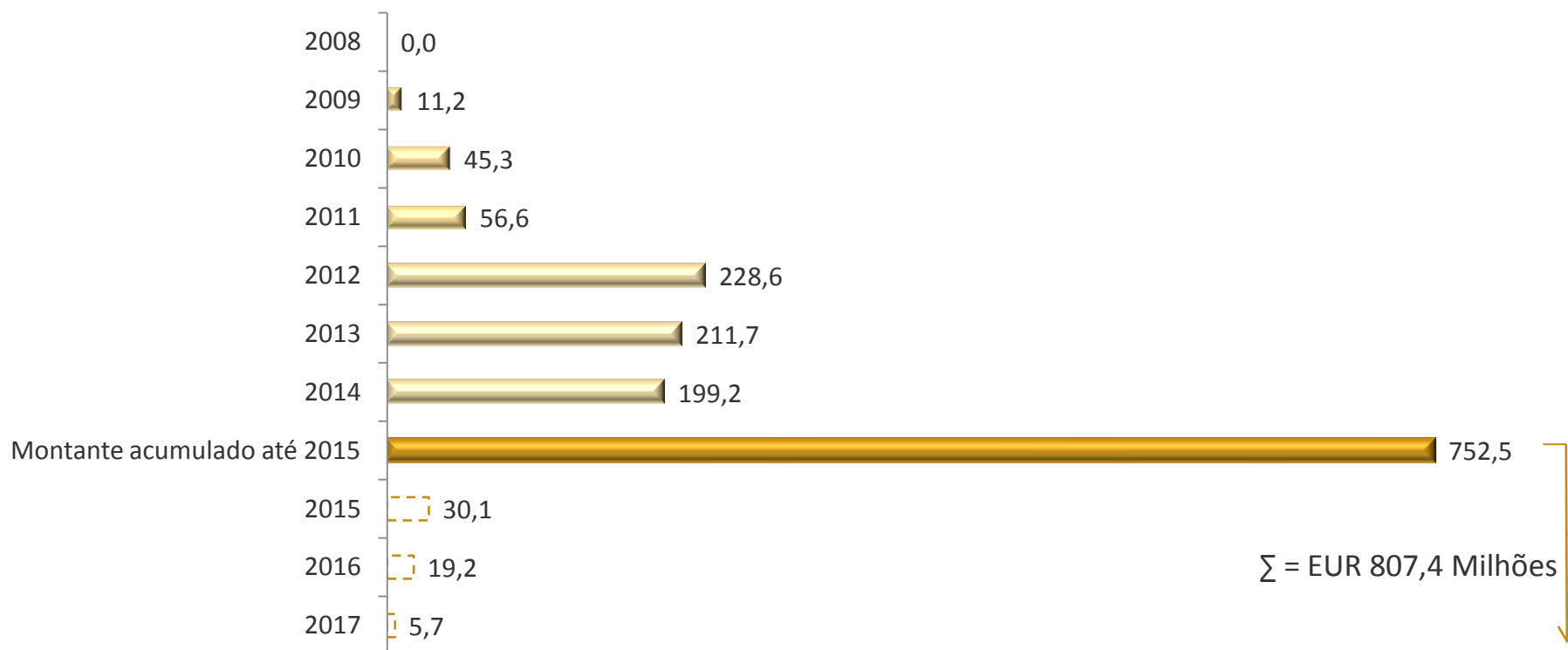


* Os dados das garantias e das injeções de liquidez são relativos a 2009, quando ocorreu o pico da utilização destes instrumentos na Europa.

Fonte: Comissão Europeia

Comissões de garantia pagas e a pagar pelas instituições de crédito.

Comissões pagas e a pagar anualmente* (Milhões EUR)



* Estimativas.

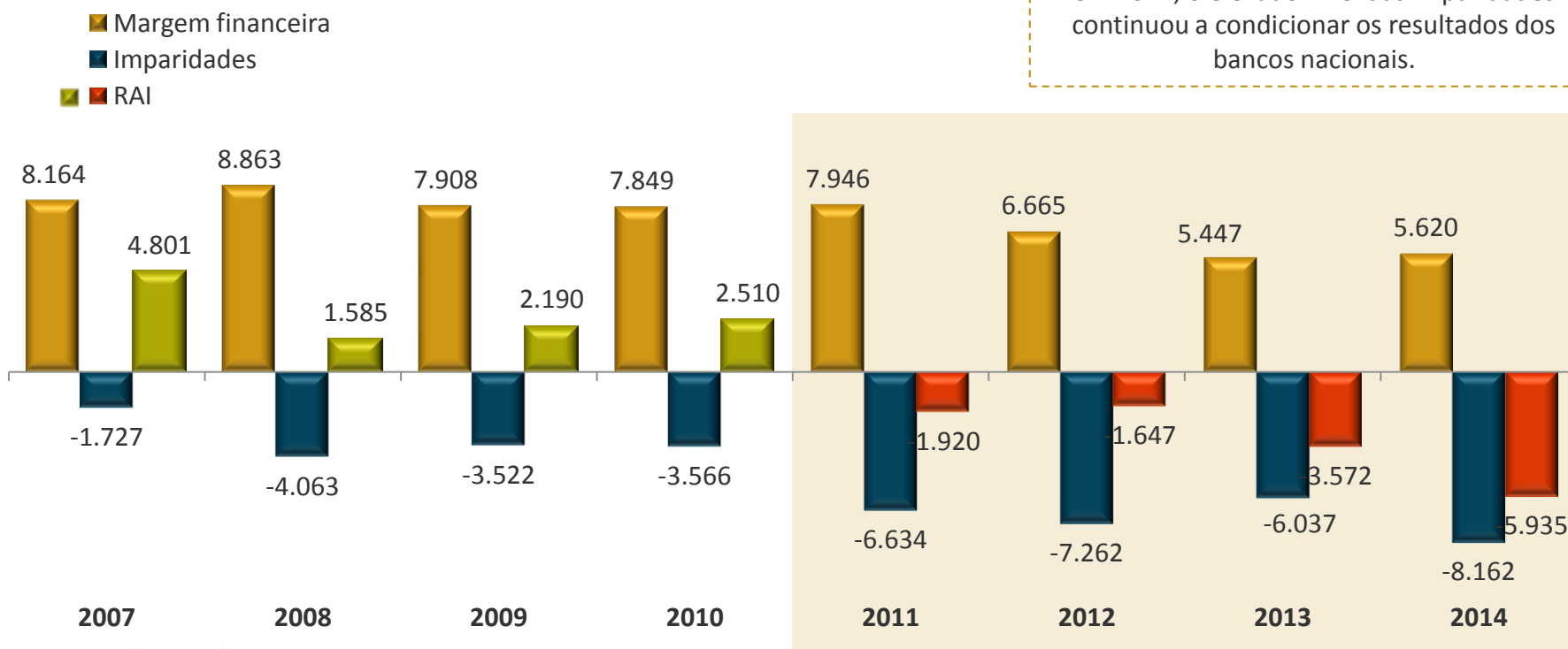
Fonte: APB, Direcção Geral do Tesouro e Finanças

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

VII. Rentabilidade

O aumento do risco de crédito em Portugal conduziu ao aumento das imparidades registadas pelos bancos, o que afetou os seus resultados.

Margem financeira, imparidades e resultado antes de impostos (RAI) dos bancos portugueses em base consolidada (M€)



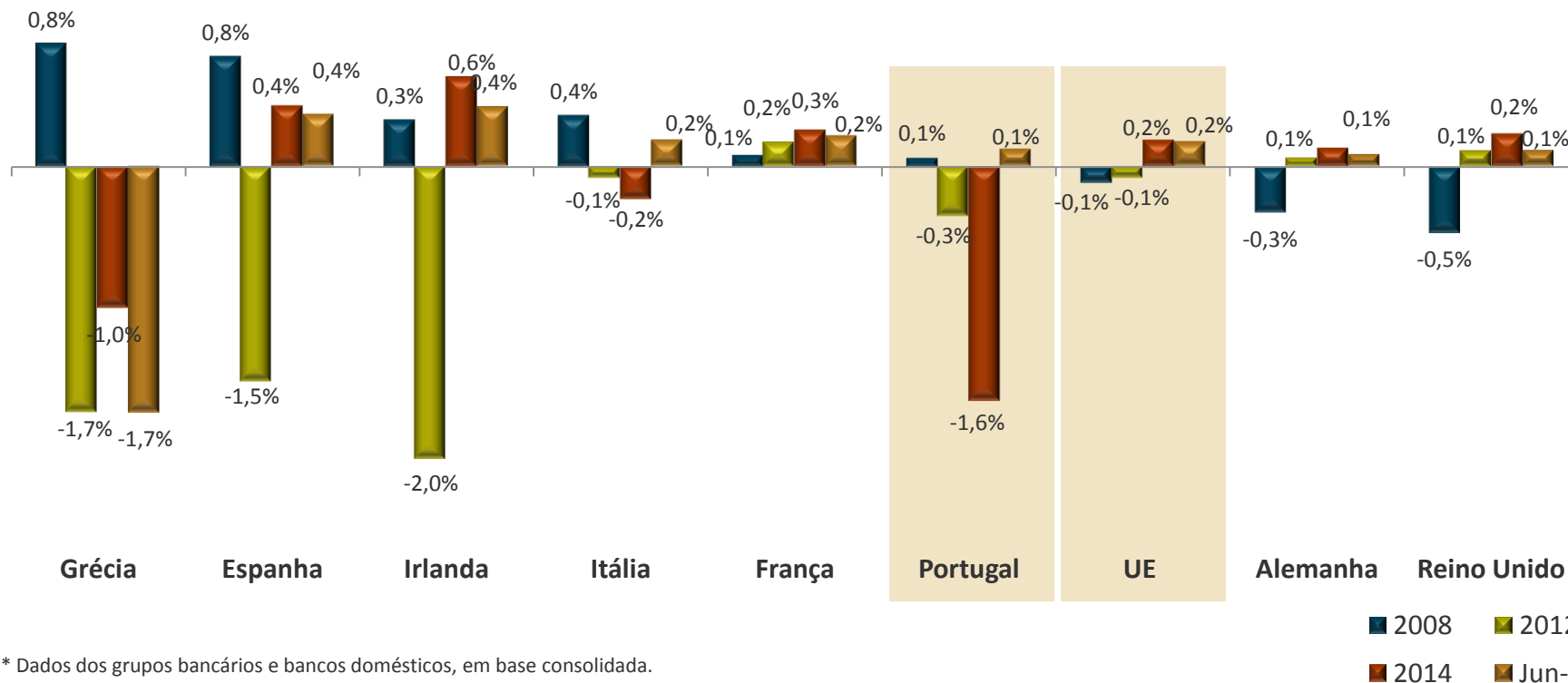
Entre 2011 e 2013, os resultados do setor bancário português foram penalizados não apenas pelo aumento das imparidades, mas também pela redução da margem financeira. Apesar da estabilização da margem financeira em 2014, o elevado nível das imparidades continuou a condicionar os resultados dos bancos nacionais.

Fonte: Banco de Portugal

A rentabilidade dos ativos bancários portugueses diminuiu ao longo dos últimos anos, não acompanhando o clima da recuperação europeia.

Rentabilidade dos Ativos (ROA - Return on Assets)*

O ROA e o ROE do setor bancário português foram positivos na 1ª metade de 2015 pela primeira vez desde 2012. A rentabilidade beneficiou de menores níveis de imparidades e de custos operativos, e de ganhos nas operações financeiras.



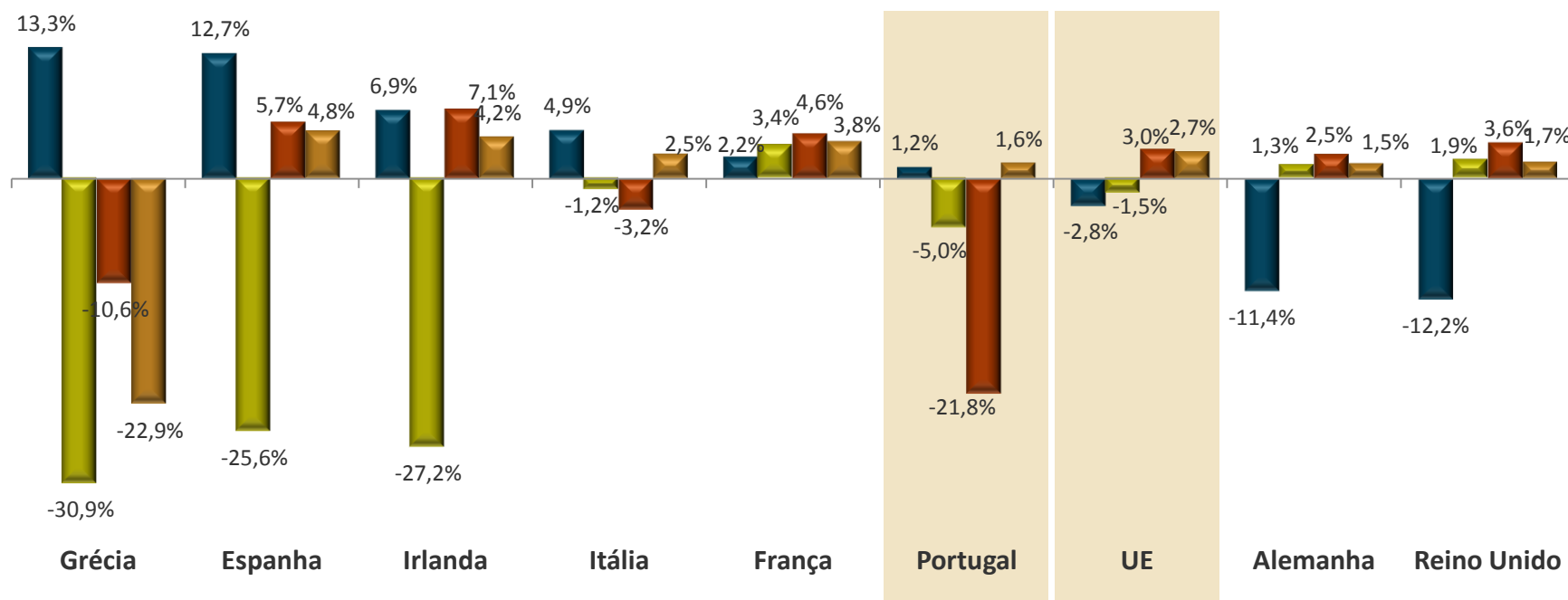
* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada.

Fonte: BCE

Verifica-se um comportamento semelhante ao analisar a rentabilidade dos capitais próprios.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE - Return on Equity)*

O ROA e o ROE do setor bancário português foram positivos na 1ª metade de 2015 pela primeira vez desde 2012. A rentabilidade beneficiou de menores níveis de imparidades e de custos operativos, e de ganhos nas operações financeiras.



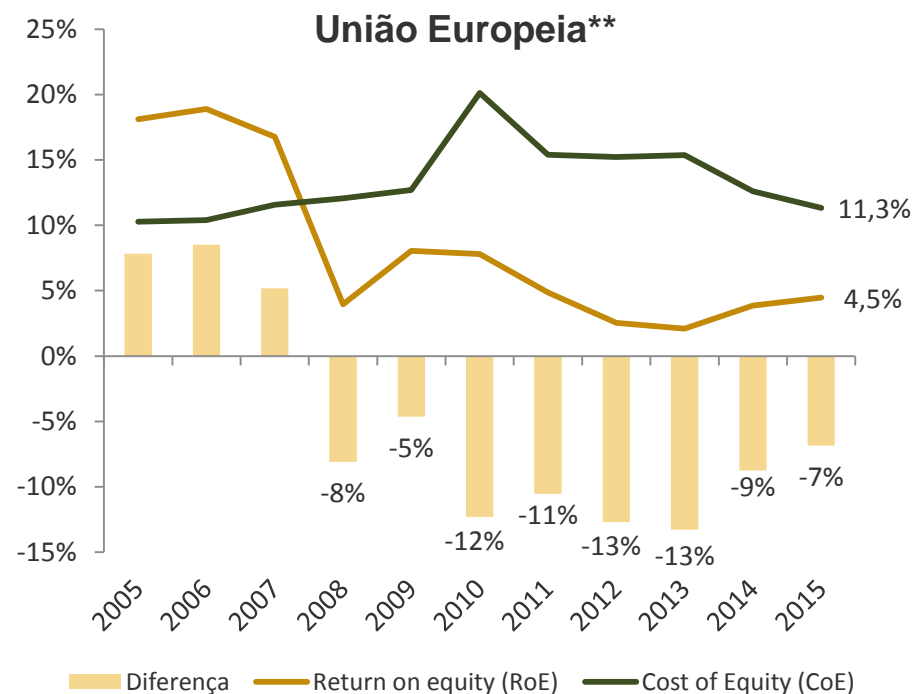
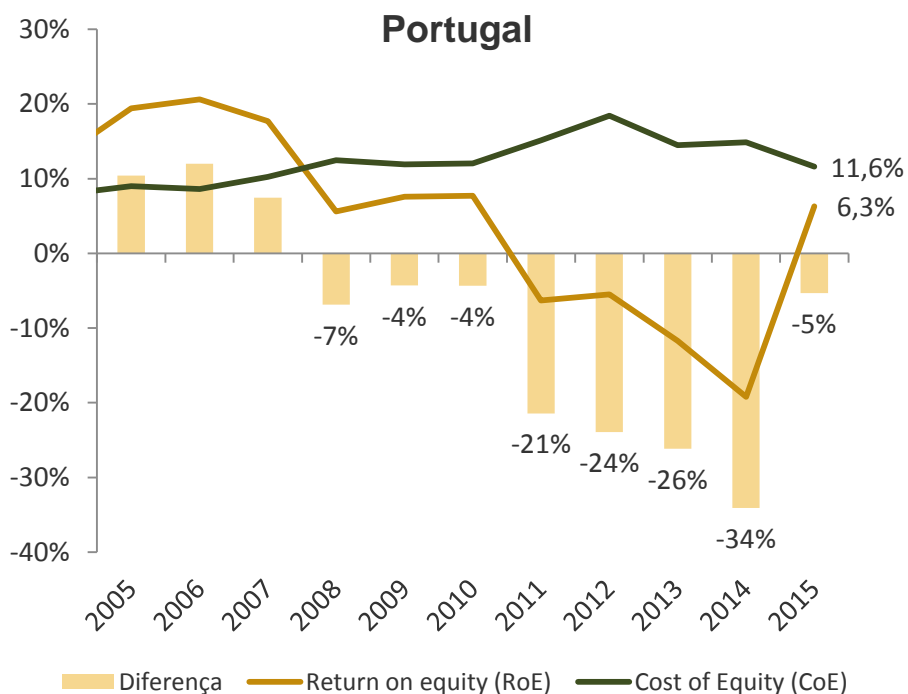
* Dados dos grupos bancários e bancos domésticos, em base consolidada.

Fonte: BCE

■ 2008 ■ 2012
■ 2014 ■ Jun-15

Acréscimo à reduzida rentabilidade do setor, um nível de custo do capital próprio superior à rentabilidade do capital próprio, o que origina uma situação de destruição de valor.

Return on Equity vs. Cost of Equity*



*Informação de 2015 corresponde ao 1º semestre do ano

** Bancos de Importância Sistémica - Global Systemically Important Banks (G-SIBs)

Fonte: APB, Banco de Portugal, Bloomberg

Desde 2011, o Banco de Portugal conduziu várias inspeções aos maiores grupos bancários portugueses afim de avaliar se os mesmos tinham registado um nível de imparidades adequado



	1º Exercício 2º semestre 2011	2º Exercício 2º semestre 2012	3º Exercício Jun – Jul 2013	4º Exercício Out 2013 – Mar 2014
Data de referência:	30 Junho 2011	30 Junho 2012	30 Abril 2013	30 Setembro 2013
Âmbito:	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da carteira de crédito (EUR 281 mil milhões - 72% a 100% da carteira total de cada banco) Validação dos requisitos de capital para risco de crédito Avaliação dos parâmetros e metodologias utilizadas nos exercícios de <i>stress-test</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da carteira de crédito – exposição aos setores da construção e imobiliário em Portugal e em Espanha (analisada 56% da população – EUR 69 mil milhões). 	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação da carteira de crédito (analisados EUR 93 mil milhões) 	<ul style="list-style-type: none"> 12 grupos económico (EUR 9,4 mil milhões)
Resultados:	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades de reforço de imparidades: EUR 596 M Aumento dos requisitos de capital: 0.6% Impacto no Rácio Tier 1 ratio: de 9,1% para 8,8% 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades de reforço de imparidades: EUR 474 M 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades de reforço de imparidades: EUR 1,127 mil milhões (reforçados até 30 de Junho de 2013) 	<ul style="list-style-type: none"> Necessidades de reforço de imparidades: EUR 1,003 mil milhões

Fonte: Banco de Portugal

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

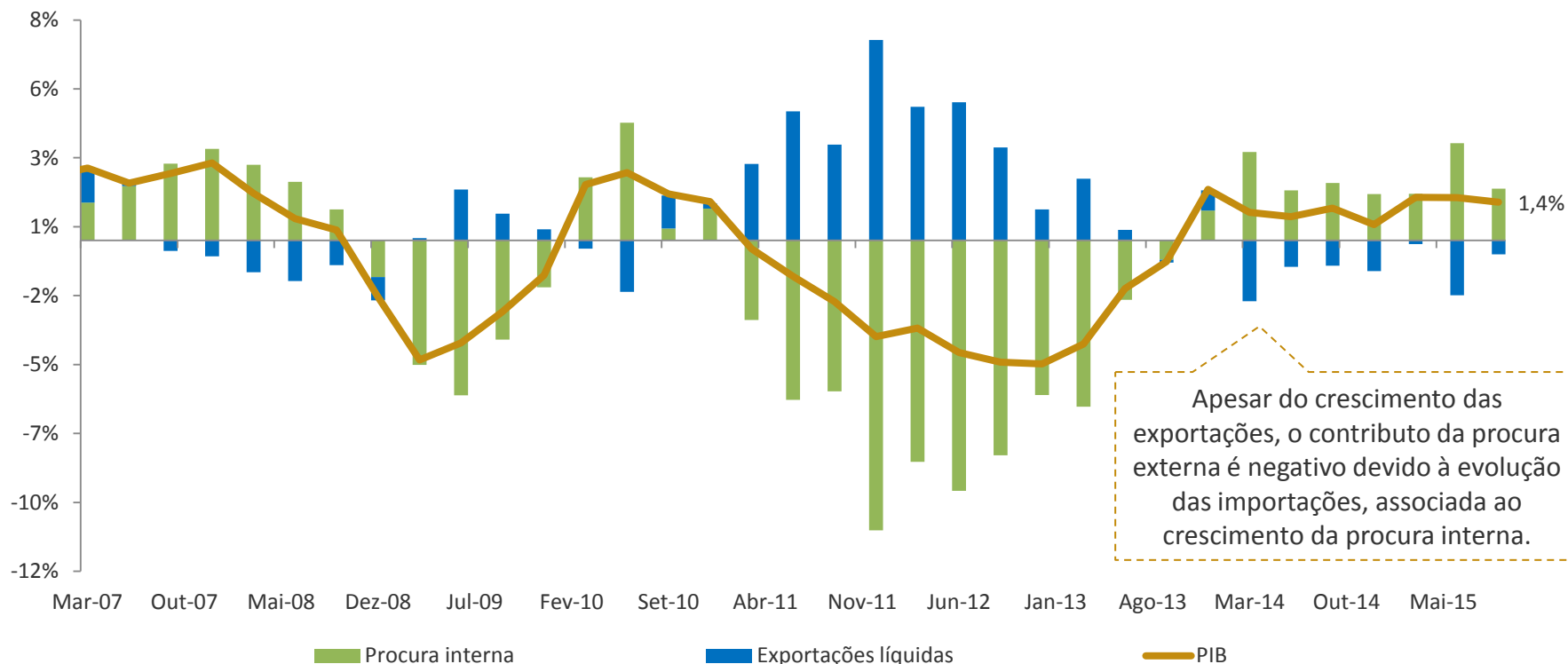
Anexo 1:

Enquadramento

Macroeconómico

O PIB da economia portuguesa estabilizou em território positivo ao longo dos últimos dois anos, após uma profunda recessão. No entanto, este permanece 6,4% abaixo do seu nível em 2007.

Crescimento do PIB (contributo por componente %)

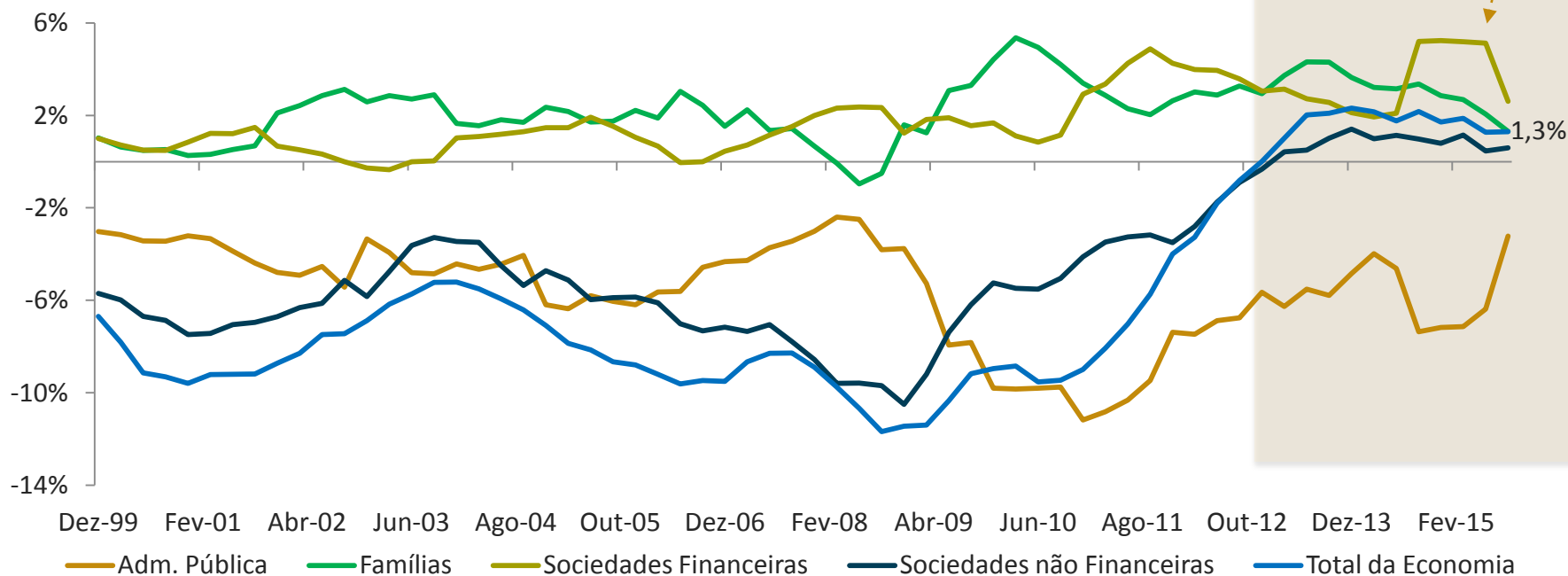


Apesar do crescimento das exportações, o contributo da procura externa é negativo devido à evolução das importações, associada ao crescimento da procura interna.

Desde o início do PAEF, a economia registou uma redução da sua necessidade de financiamento face ao exterior. Desde então, atingiu e preservou leituras positivas pela 1ª vez.

A capacidade de financiamento das Sociedades Financeiras diminuiu de 5,1% para 2,6% entre o 2º e o 3º trimestres de 2015, refletindo o efeito base associado ao registo da capitalização do Novo Banco como transferência de capital no 3º trimestre de 2014. O efeito simétrico ditou uma redução da necessidade de financiamento da Adm. Pública.

Necessidade/Capacidade de financiamento da economia (por setor institucional, em % do PIB)

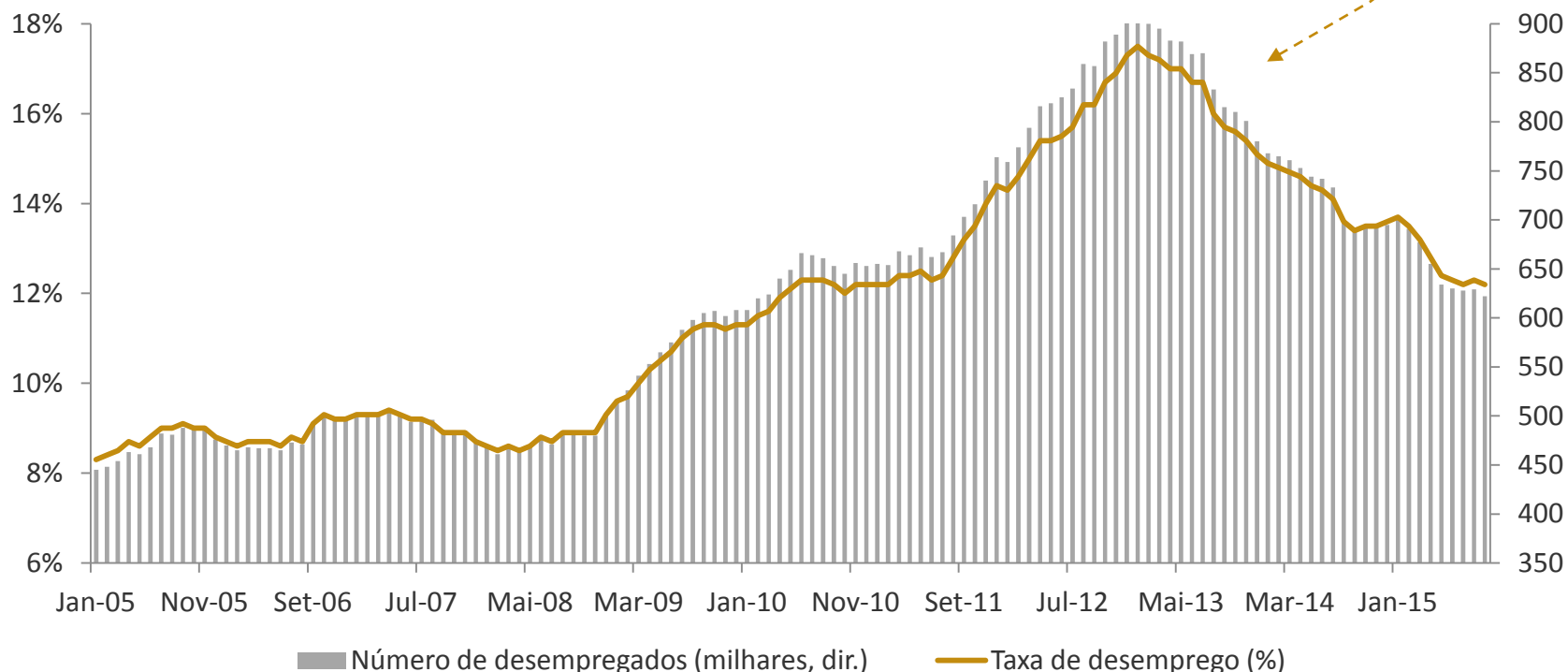


Fonte: INE

A taxa de desemprego revelou uma contração acentuada desde 2013. Esta mantém-se, no entanto, ainda elevada numa perspetiva histórica.

Número de desempregados (em milhares) e Taxa de desemprego (%)

Após atingir um máximo histórico de 17,5% em 2013, a taxa de desemprego encontra-se em declínio, atingindo um registo de 12,2% no 3º trimestre de 2015



Fonte: INE

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS

Anexo 2: Metodologia

Metodologia

- À exceção dos casos em que é explicitamente indicado o contrário, todos os dados de balanço são dados agregados da totalidade do sistema bancário do respectivo país.
- Os dados de balanço analisados na presente publicação são maioritariamente em base individual, agregados para a totalidade do sistema bancário.
- Na rubrica de balanço do crédito estão incluídos os seguintes instrumentos financeiros:
 - Empréstimos, certificados de depósito, acordos de recompra, operações de crédito titulado, e créditos vencidos e de cobrança duvidosa.
- As análises de solvabilidade são realizadas com base nos dados consolidados das instituições financeiras.

OVERVIEW DO SISTEMA BANCÁRIO PORTUGUÊS